

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Exercício Findo em 31/12/2010

Senhores Acionistas:
A Administração da VBC Energia S.A. ("VBC"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

AMBIENTE MACROECONÔMICO
A economia internacional passou por um grande revés entre o segundo trimestre de 2008 e o ano de 2009. No entanto, ao longo do ano de 2010, o mundo assistiu à recuperação dos países centrais e, em maior grau, dos países emergentes. Ambos os grupos de países foram estimulados por medidas fiscais e monetárias que buscavam ativar a demanda doméstica, e que resultaram em forte elevação dos gastos dos governos e retomada do consumo. Esse processo de recuperação, contudo, não ocorreu de forma homogênea. De fato, os países emergentes apresentaram rápida e intensa recuperação uma vez que seus sistemas financeiros não foram tão abalados na crise. Ademais, vários países emergentes, como a China e o Brasil, vivenciam um ciclo de investimentos apoiado nas expectativas de avanço de seus mercados nacionais. Por fim, a forte demanda chinesa por insumos básicos e alimentos assegurou a recuperação das exportações de todo o bloco de países emergentes, contribuindo para o fortalecimento de suas contas externas e para a retomada da atividade em alguns casos. Os países centrais e a Europa, por outro lado, tiveram seus sistemas financeiros fortemente abalados na crise. Como resultado, esses países atravessaram uma etapa mais crítica de restrição de crédito, abalo de confiança e queda do investimento. Desde os últimos meses de 2010, porém, vem se materializando um cenário distinto e que deve persistir em 2011. Com efeito, a economia norte-americana vem se recuperando de forma mais clara em função da renovação e da maior agressividade das medidas anti-crise. Os emergentes, por outro lado, já se encontram numa rota de estabilização, reflexo da retirada dos estímulos fiscais e monetários com vistas ao controle da inflação. Em suma, esse também deve ser o cenário para a economia brasileira em 2011. Estima-se que a alta do PIB brasileiro passe de 7,5% em 2010 para 4,3% em 2011. As perspectivas para o consumo interno continuam positivas, dado o ciclo de investimentos e a alta da renda, num contexto de baixo desemprego.

MERCADO DE ATUAÇÃO
A VBC Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social participar em outras sociedades. A VBC detém 25,55% do capital total da CPFL Energia S.A. que tem por objetivo social participar no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, e 1,76% do capital da Companhia de Concessões Rodoviárias ("CCR") que tem como objetivo social participar em empresas que possuem concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados a operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, infra-estrutura metroviárias e inspeção ambiental veicular.

Distribuição de Energia Elétrica - A VBC, através da controlada CPFL Energia, detém 25,55% de participação indireta na Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista"), na Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga"), Rio Grande Energia S.A. ("RGE"), Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz"), Companhia Paulista de Energia Elétrica ("CPFL Leste Paulista"), Companhia Jaguarui de Energia ("CPFL Jaguarui"), Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista") e Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa").

Geração de Energia Elétrica - A VBC, através da controlada CPFL Energia, detém (i) 25,55% de participação indireta na Companhia CPFL Geração de Energia ("CPFL Geração"), CPFL Sul Centrais Elétricas

Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas"), CPFL Bionergia S.A. ("CPFL Bionergia"), CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa"), CPFL Bio Burity S.A. ("CPFL Bio Burity"), CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê"), CPFL Bio Pedra ("CPFL Bio Pedra"), Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I"), Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II"), Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III"), Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV"), Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V"), Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI"), Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V"), Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI"), Campos dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos I"), Campos dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos II"), Campos dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos III"), Campos dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos IV"), Campos dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos V"), Campos dos Ventos VI Energias Renováveis S.A. ("Campos dos Ventos VI"), (ii) 15,31% de participação indireta na Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado"), (iii) 6,39% de participação indireta na BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("Baesa"), (iv) 12,45% de participação indireta Campos Novos Energia S.A. ("Energican"), (v) 16,61% na CERAN - Companhia Energética Rio das Antas e (vi) 13,03% de participação indireta na Foz do Chapeco Energia S.A. ("Foz do Chapeco") e Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA").

Comercialização de Energia e Serviços - A VBC, através da controlada CPFL Energia, detém 25,55% de participação indireta na CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil"), Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional"), CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul"), CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto"), CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende"), CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços") e Chumpitaz Serviços S.A. ("Chumpitaz").

Empresas de Participação - A VBC, através da controlada CPFL Energia, detém (i) 25,55% de participação indireta na CPFL Jaguarui S.A. ("CPFL Jaguarui"), Perácio Participações S.A., Companhia Jaguarui de Geração de Energia ("Jaguarui Geração"), CPFL Bio Anicuns S.A. ("Anicuns") e CPFL Bio Itapaci S.A. ("Itapaci"), e (ii) 13,03% de participação indireta na Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense").

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas auditadas. Em 2010, a VBC Energia e sua controlada CPFL Energia passaram a adotar os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais estão consistentes com as normas contábeis internacionais (IFRS). Por este motivo, os demonstrativos e saldos relativos a 2009 (anteriormente divulgados) foram ajustados para refletir as alterações decorrentes da adoção dos novos procedimentos, permitindo a comparabilidade dos períodos apresentados.

Indicadores de Desempenho	2010	2009
Receita Operacional Líquida - ROL	3.074.336	2.926.904
Lucro Líquido	364.349	487.933
EBITDA (a)	884.287	1.020.819
Margem EBITDA % (EBITDA/ROL)	28,76%	34,88%
Resultado Operacional	713.652	860.682
Margem Operacional % (Resultado Operacional/ROL)	23,21%	29,41%
Margem Líquida % (Lucro Líquido/ROL)	11,85%	16,67%
Resultado Financeiro	(138.420)	(137.441)
Endividamento (b)	3.295.444	3.106.284
Endividamento Líquido (c)	2.171.953	2.047.393
Patrimônio Líquido	1.539.856	960.307
(a) EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization; (b) Inclui os saldos das rubricas Encargos de Dívidas, Encargos de Debêntures, Empréstimos e Financiamentos e Debêntures, registrados no passivo circulante e não circulante; (c) Endividamento deduzido do saldo de disponibilidades e R\$ 722.691 de 2010 (R\$ 676.576 - 2009) de Títulos e Valores Mobiliários.		

Reconciliação do EBITDA	2010	2009
Resultado Operacional	713.652	860.682
Depreciação e Amortização	182.288	168.073
(-) Amortização de Ágio	(11.653)	(7.936)
EBITDA	884.287	1.020.819

O EBITDA de 2010 foi de R\$ 884.287 mil, o que representa uma diminuição de 15,44% quando comparado ao total de R\$ 1.020.819 mil de 2009.

AUDITORES INDEPENDENTES

Atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a divulgação, pelas companhias abertas, de informações sobre a prestação, pelo auditor independente, de outros serviços que não sejam de auditoria externa. A KPMG Auditores Independentes foi contratada, em 2010, pela VBC Energia para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames de suas demonstrações financeiras. Não foram prestados serviços de outra natureza à Companhia. Esta empresa de auditoria também foi contratada pela controlada CPFL Energia S.A., para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras e não prestou serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários referentes a este serviço, no exercício de 2010.

AGRADECIMENTOS

A VBC agradece aos acionistas, colaboradores, parceiros e instituições que contribuíram durante o ano de 2010, com os objetivos e resultados da Companhia, mantendo a confiança na estratégia perseguida e nos resultados futuros esperados.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009 E EM 1 DE JANEIRO DE 2009

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	6	1.421	1.297	48.584	400.800	382.315	259.811
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	-	464.080	449.066	446.473
Títulos e valores mobiliários	8	-	-	-	10.869	10.056	10.652
Tributos a compensar	9	943	819	15.235	50.268	50.079	64.241
Derivativos	35	-	-	-	62	204	10.171
Estoques	-	-	-	-	6.448	4.447	6.469
Arrendamento	11	-	-	-	1.215	756	316
Despesas antecipadas	-	-	-	680	-	-	680
Outros créditos	13	-	-	-	64.756	40.109	32.973
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		2.364	2.116	64.499	998.498	937.032	831.786
NÃO CIRCULANTE							
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	-	-	-	50.019	57.614	77.514
Depósitos judiciais	23	50.639	48.306	45.941	278.242	251.767	254.806
Títulos e valores mobiliários	8	693.213	646.067	1.195.472	711.822	666.520	1.222.427
Tributos a compensar	9	-	-	-	35.512	29.010	29.289
Derivativos	35	-	-	-	21	2.019	110.528
Créditos fiscais diferidos	10	-	-	-	302.418	329.667	443.960
Arrendamento	11	-	-	-	6.724	5.442	1.464
Ativo financeiro da concessão	12	-	-	-	238.837	172.680	162.152
Entidade de previdência privada	20	-	-	-	1.482	2.491	-
Despesas antecipadas	-	-	-	680	-	-	680
Investimentos ao custo	-	-	-	-	29.810	29.840	32.375
Outros	13	-	-	-	56.756	60.725	80.335
Investimentos	14	1.732.754	1.697.630	1.665.993	73.366	91.482	52.751
Imobilizado	15	26	38	47	1.478.687	1.335.570	1.310.802
Intangível	16	31	39	47	1.573.582	1.434.681	1.547.453
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.476.663	2.392.080	2.908.180	4.837.278	4.469.508	5.326.536
TOTAL DO ATIVO		2.479.027	2.394.196	2.972.679	5.835.776	5.406.540	6.158.322

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota	31/12/2010	31/12/2009	Controladora	31/12/2010	31/12/2009	Consolidado
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Fornecedores	17	-	2	23	267.648	261.689	274.594
Encargos de dívidas	18	27.257	32.853	39.179	37.611	39.940	47.539
Encargos de debêntures	19	-	-	4.293	30.170	25.948	32.731
Empréstimos e financiamentos	18	185.232	185.232	185.003	333.154	371.973	339.904
Debêntures	19	-	-	128.011	385.852	127.846	289.560
Entidade de previdência privada	20	-	-	-	10.248	11.396	12.604
Taxas regulamentares	21	-	-	-	31.570	16.332	26.326
Impostos, taxas e contribuições	22	3.632	3.642	3.635	119.964	131.381	130.817
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	6.086	6.478	4.877
Obrigações estimadas	-	-	-	105	14.997	13.040	13.023
Derivativos	35	-	-	-	1.017	1.796	14.884
Uso do bem público	24	-	-	-	4.417	4.021	4.241
Outras contas a pagar	25	134	297.591	67	105.125	384.404	77.959
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		216.255	519.320	360.316	1.347.859	1.396.244	1.269.059
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	17	-	-	-	10.928	20.338	23.759
Encargos de dívidas	18	-	-	-	7.447	15.993	20.638
Empréstimos e financiamentos	18	679.183	864.414	1.048.349	1.935.880	1.819.760	2.186.325
Debêntures	19	-	-	128.011	565.330	704.824	692.493
Entidade de previdência privada	20	-	-	-	145.881	185.299	223.344
Impostos, taxas e contribuições	22	-	-	-	245	420	625
Débitos fiscais diferidos	10	-	-	-	70.980	72.248	76.543
Provisão para contingências	23	-	-	-	74.429	77.022	106.532
Derivativos	35	-	-	-	2.014	1.459	268
Uso do bem público	24	-	-	-	109.787	103.972	113.874
Outras contas a pagar	25	-	-	-	36.065	58.064	75.057
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		679.183	864.414	1.176.360	2.948.058	3.049.989	3.519.458
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	26	698.171	651.645	651.645	698.171	651.645	651.645
Reserva de capital	-	574.196	313.021	313.021	574.196	313.021	313.021
Reserva de lucro	26	95.874	78.411	59.997	90.417	72.477	53.092
Reservas estatutárias	-	449.254	72.332	364.540	345.577	(40.402)	233.349
Reserva de avaliação patrimonial	-	(233.906)	(248.438)	-	(233.906)	(248.438)	-
Lucro acumulado	26	-	143.491	46.800	-	143.491	46.800
Outras reservas	-	1.583.589	1.010.462	1.436.003	1.474.455	891.794	1.297.907
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.583.589	1.010.462	1.436.003	1.539.859	960.307	1.369.805
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.479.027	2.394.196	2.972.679	5.835.776	5.406.540	6.158.322

Patrimônio líquido atribuído aos acionistas não controladores

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2010	2009	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	28	-	-	3.074.336	2.926.904
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
Custo com energia elétrica	29	-	-	(1.591.150)	(1.550.616)
Custo de operação	30	-	-	(272.928)	(271.462)
Custo do serviço prestado a terceiros	30	-	-	(268.565)	(159.088)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO				941.693	945.738
Despesas Operacionais					
Despesas com vendas	30	-	-	(76.814)	(65.843)
Despesas gerais e administrativas	30	(2.470)	(2.933)	(115.805)	(106.862)
Outras despesas operacionais	30	9.418	133.968	(35.422)	87.649
Amortização de ágio na controlada	-	(14.931)	(15.039)	(11.653)	(7.936)
Resultado do Serviço				(7.983)	(92.992)
Resultado de Participações Societárias				115.996	701.999
Resultado Financeiro	14	405.163	430.182	701.999	852.746
Recitas	31	49.667	60.044	173.185	150.707
Despesas	31	(97.591)	(117.412)	(311.605)	(288.148)
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		349.256	488.810	138.420	178.441
Contribuição social	10	-	-	(7.645)	(56.572)
Imposto de renda	10	-	-	(20.345)	(168.851)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27	349.256	460.820		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reserva de Avaliação Patrimonial		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total
					Ajustes Acumulados de Conversão	Instrumentos Financeiros		
Saldos em 01 de Janeiro de 2009	651.645	313.021	59.997	364.540			46.800	1.436.003
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	460.820	460.820
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	1.163	1.163
Movimentação do resultado abrangente acumulado:								
- Agio gerado entre empresas do grupo	-	-	-	-	-	(246.544)	-	(246.544)
- Equivalência patrimonial em coligada	-	-	-	-	-	-	4.153	4.153
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros em controladas	-	-	-	-	-	(2.871)	-	(2.871)
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros em controladas	-	-	-	-	-	977	-	977
Destinação do lucro:								
- Constituição de reserva legal	-	-	18.414	72.327	-	-	(90.741)	-
- Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo intermediário	-	-	-	(364.535)	-	-	(278.704)	(643.239)
- Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	651.645	313.021	78.411	72.332			143.491	1.010.462
Aumento de capital	46.526	261.175	-	-	-	-	-	307.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	349.256	349.256
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	1.638	1.638
Movimentação do resultado abrangente acumulado:								
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	22.019	-	22.019
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(7.486)	-	(7.486)
- Ajustes acumulados de conversão em coligada	-	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Destinação do lucro:								
- Constituição de reserva legal	-	-	17.463	-	-	-	(17.463)	-
- Constituição de reserva estatutária	-	-	-	376.922	-	-	(376.922)	-
- Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)
- Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	698.171	574.196	95.874	449.254				1.583.589

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de Reais) - Consolidada

	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Resultado Abrangente Acumulado		Lucros/(Prejuízos) Acumulados	Total	Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
					Ajustes Acumulados de Conversão	Instrumentos Financeiros				
Saldos em 01 de Janeiro de 2009	651.645	313.021	53.092	233.349			46.800	1.297.907	71.898	1.369.805
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	480.248	480.248	8.088	488.336
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	1.163	1.163	-	1.163
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.649)	(3.649)
Movimentação do resultado abrangente acumulado:										
- Agio gerado entre empresas do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Equivalência patrimonial em coligada	-	-	-	-	-	(246.544)	-	(246.544)	-	(246.544)
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	4.153	4.153	-	4.153
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(2.871)	-	(2.871)	(45)	(2.916)
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	977	-	977	15	992
Destinação do lucro:										
- Constituição de reserva legal	-	-	19.385	90.784	-	-	(110.169)	-	-	-
- Constituição de reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- Dividendo intermediário	-	-	-	(364.535)	-	-	(278.704)	(643.239)	(1.734)	(644.973)
- Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	-	(6.060)	-	(6.060)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	68.513	68.513
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	651.645	313.021	72.477	(40.402)			143.491	891.794	68.513	960.307
Aumento de capital	46.526	261.175	-	-	-	-	-	307.701	-	307.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	358.790	358.790	5.559	364.349
Dividendo prescrito	-	-	-	-	-	-	1.638	1.638	-	1.638
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.802)	(2.802)
Movimentação do resultado abrangente acumulado:										
- Ganho (Perda) em instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	22.019	-	22.019	(902)	21.117
- Efeitos fiscais sobre instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	(7.486)	-	(7.486)	307	(7.179)
- Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	(1)	-	-	(1)	-	(1)
Destinação do lucro:										
- Constituição de reserva legal	-	-	17.940	-	-	-	(17.940)	-	-	-
- Constituição de reserva estatutária	-	-	-	385.979	-	-	(385.979)	-	-	-
- Dividendo intermediário	-	-	-	-	-	-	(100.000)	(100.000)	(1.579)	(101.579)
- Dividendo proposto	-	-	-	-	-	-	-	(3.692)	-	(3.692)
Outras movimentações de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	65.404	65.404
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	698.171	574.196	90.417	345.577			1.474.455	1.474.455	65.404	1.539.859

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A VBC Energia S.A. ("VBC" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social participar em outras sociedades. A VBC detém 25,55% do capital total da CPFL Energia, que tem o objetivo social participar no capital de outras sociedades dedicadas primariamente as atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica e 1,76% do capital da Companhia de Concessões Rodoviárias ("CCR") que tem como objetivo social participar em empresas que possuem concessão de exploração de rodovias, assim como em empresas prestadoras de serviços relacionados a operação de rodovias, vias urbanas, pontes, túneis, infra-estrutura metroviárias e inspeção ambiental veicular.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Funchal, 160 - Vila Olímpia - São Paulo - SP - Brasil.

Considerando a natureza de participações do negócio da Companhia, seu balanço apresentou um volume de passivos circulantes maior que os ativos circulantes, o qual tende a ser equalizado com a geração do próprio negócio e/ou através de recursos a serem captados.

Distribuição de Energia	Tipo de Sociedade	Participação Societária	%	Localização (Estado)	Nº de Municípios	Nº de Consumidores Aproximados (Em milhares)	Prazo da Concessão	Término da Concessão	
Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta	25,55378%	Interior de S. Paulo	234	3.661	30 anos	Novembro de 2027	
Companhia Piratininga de Força e Luz ("CPFL Piratininga")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta	25,55378%	Interior de S. Paulo	27	1.439	30 anos	Outubro de 2028	
Rio Grande Energia S.A. ("RGE")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta	25,55378%	Rio Grande do Sul	262	1.272	30 anos	Novembro de 2027	
Companhia Luz e Força Santa Cruz ("CPFL Santa Cruz")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,55378%	São Paulo e Paraná	27	180	16 anos	Julho de 2015	
Companhia Leste Paulista de Energia ("CPFL Leste Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,55378%	Interior de S. Paulo	7	51	16 anos	Julho de 2015	
Companhia Jaguarí de Energia ("CPFL Jaguarí")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,55378%	S. Paulo	2	33	16 anos	Julho de 2015	
Companhia Sul Paulista de Energia ("CPFL Sul Paulista")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,55378%	Interior de S. Paulo	5	72	16 anos	Julho de 2015	
Companhia Luz e Força de Mococa ("CPFL Mococa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,55378%	São Paulo e Minas Gerais	4	41	16 anos	Julho de 2015	
Geração de Energia - em Operação	Tipo de Sociedade	Participação Societária	%	Localização (Estado)	Nº Usinas/ Tipo de Energia	Potência Instalada Total	Participação CPFL		
CPFL Geração de Energia S.A. ("CPFL Geração")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta	25,5538%	São Paulo, Goiás e Minas Gerais	1 Hidrelétrica, 20 PCHs e 1 térmica*	812 MW	812 MW		
Foz do Chapeço Energia S.A. ("Foz do Chapeço")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	13,0324%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	855 MW	436 MW		
Campos Novos Energia S.A. ("ENERCAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	12,4498%	Santa Catarina	1 Hidrelétrica	880 MW	429 MW		
CERAN - Companhia Energética Rio das Antas ("CERAN")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	16,6100%	Rio Grande do Sul	3 Hidrelétricas	360 MW	234 MW		
BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA")	Sociedade por ações de capital aberto	Indireta	6,3910%	Santa Catarina e Rio Grande do Sul	1 Hidrelétrica	690 MW	173 MW		
Centrais Elétricas da Paraiba S.A. ("EPASA")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	13,0324%	Paraiba	2 Térmicas	342 MW	174 MW		
Paulista Lajeado Energia S.A. ("Paulista Lajeado")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	15,3144%	São Paulo	1 Hidrelétrica	903 MW	63 MW		
CPFL Bioenergia S.A. ("CPFL Bioenergia")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	45 MW	45 MW		
CPFL Sul Centrais Elétricas Ltda. ("CPFL Sul Centrais Elétricas")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Sul	4 PCHs (RS)	2,65 MW	2,65 MW		
(*) PCH - Pequena Central Hidrelétrica (**) A Paulista Lajeado possui 7% de participação na potência instalada Investco S.A.									
Geração de Energia - em Desenvolvimento	Tipo de Sociedade	Participação Societária	%	Nº Usinas/ Localização	Data Prevista para Tipo de Energia	Potência Início das Operações	Instalada Prevista		
CPFL Bio Formosa S.A. ("CPFL Bio Formosa")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Térmica (Biomassa)	2011	40 MW		
CPFL Bio Buriti S.A. ("CPFL Bio Buriti")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	50 MW		
CPFL Bio Ipê S.A. ("CPFL Bio Ipê")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2011	25 MW		
CPFL Bio Pedra S.A. ("CPFL Bio Pedra")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	São Paulo	1 Térmica (Biomassa)	2012	70 MW		
Santa Clara I Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara I")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Santa Clara II Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara II")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Santa Clara III Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara III")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Santa Clara IV Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara IV")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Santa Clara V Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara V")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Santa Clara VI Energias Renováveis Ltda. ("Santa Clara VI")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Eurus VI Energias Renováveis Ltda. ("Eurus VI")	Sociedade Limitada	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2012	30 MW		
Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos I")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
Campo dos Ventos II Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos II")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
Campo dos Ventos III Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos III")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
Campo dos Ventos IV Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos IV")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
Campo dos Ventos VI Energias Renováveis S.A. ("Campo dos Ventos VI")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
Eurus V Energias Renováveis S.A. ("Eurus V")	Sociedade por ações de capital fechado	Indireta	25,5538%	Rio Grande do Norte	1 Eólica	2013	30 MW		
(*) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Santa Clara é de 188 MW. (**) A potência instalada prevista para o Parque Eólico Campo dos Ventos é de 160 MW.									
Comercialização de Energia e Serviços	Tipo de Sociedade	Atividade Preponderante	Participação Societária	%	Comercialização de Energia e Serviços	Tipo de Sociedade	Atividade Preponderante	Participação Societária	%
CPFL Comercialização Brasil S.A. ("CPFL Brasil")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia, consultoria e assessoramento a agentes	Indireta	25,5538%	Chumpitaz Serviços S.A. ("Chumpitaz")	Sociedade por ações de capital fechado	Prestação de serviços administrativos	Indireta	25,5538%
Clion Assessoria e Comercialização de Energia Elétrica Ltda. ("CPFL Meridional")	Sociedade Limitada	no setor de energia	Indireta	25,5538%	CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda. ("CPFL Atende")	Sociedade Limitada	Prestação de serviços de tele-atendimento	Indireta	25,5538%
CPFL Comercialização Cone Sul S.A. ("CPFL Cone Sul")	Sociedade por ações de capital fechado	Comercialização de energia	Indireta	25,5538%	Perácio Participações S.A.	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta	25,5538%
CPFL Planalto Ltda. ("CPFL Planalto")	Sociedade Limitada	Comercialização de energia	Indireta	25,5538%	CPFL Jaguaruina S.A. ("CPFL Jaguaruina")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta	25,5538%
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. ("CPFL Serviços")	Sociedade por ações de capital fechado	Fabricação, comercialização, locação e manutenção de equipamentos eletro-mecânicos e prestação de serviços	Indireta	25,5538%	Companhia Jaguarí de Geração de Energia ("Jaguarí Geração")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta	25,5538%
					Chapecoense Geração S.A. ("Chapecoense")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta	13,0324%



VBC ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.095.147/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Outras	Tipo de Sociedade	Atividade Preponderante	Participação Societária	%
CPFL Bio Anicuns S.A. ("Anicuns")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta	25,5538%
CPFL Bio Itapaci S.A. ("Itapaci")	Sociedade por ações de capital fechado	Estudos e projetos para geração de energia	Indireta	25,5538%
Sul Geradora Participações S.A. ("Sul Geradora")	Sociedade por ações de capital fechado	Sociedade de Participação	Indireta	25,5410%

Controladas Indiretas que Iniciaram suas Atividades Operacionais em 2010

CPFL Bioenergia Indireta CPFL Bioenergia cuja atividade principal é a geração de energia elétrica de origem térmica e vapor d'água através de usinas de co-geração movidas a bagaço de cana-de-açúcar e palha entrou em operação em 27 de agosto de 2010. Centrais Elétricas da Paraíba S.A. A controlada indireta EPASA cujo objetivo é desenvolver, implementar, operar e explorar 2 (duas) usinas termoeletricas, denominadas "UTE Termonordeste a" e "UTE Termonordeste b", ambas movidas a óleo combustível. O início das operações ocorreu em 24 de dezembro de 2010 para a UTE Termonordeste e 13 de janeiro de 2011 para a UTE Termonordeste b. Chapecoense Geração S.A. A controlada indireta em conjunto Chapecoense Geração tem como objetivo construir, operar e explorar o Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó, Em 2010, entraram em operação 3 (três) unidades geradoras com potência instalada de 213,75 MW cada, cujas datas foram 14 de outubro, 23 de novembro e 30 de dezembro. A última unidade geradora está prevista para entrar em operação até o término do 1º trimestre de 2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de Preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras individuais estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - "IFRS"*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board - IASB*, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas indiretas e controladas em conjunto. A avaliação dos investimentos em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que pelo IFRS deveriam ser registradas pelo método do custo ou valor justo. As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas e estão sendo apresentadas em completa conformidade com as normas IFRS, sendo estas as primeiras demonstrações consolidadas preparadas de acordo com esta prática internacional. A nota explicativa 5 demonstra as principais diferenças existentes entre as práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil e as normas atuais e vigentes aqui apresentadas.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de Março de 2011.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais registrado nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, iii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados ao valor justo, iv) ativo imobilizado ajustado para refletir o "custo atribuído" na data de transição, e v) ativo atuarial que possui seu reconhecimento limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições a longo prazo.

2.3 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia e de sua controlada CPFL Energia façam julgamentos e adotem estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia e de sua controlada CPFL Energia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são:

- Nota 10 - Créditos e Débitos Fiscais Diferidos;
- Nota 12 - Ativo Intangível da concessão;
- Nota 16 - Intangível;
- Nota 20 - Entidade de Previdência Privada;
- Nota 23 - Provisão para Contingência, e
- Nota 35 - Instrumentos Financeiros.

2.4 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.5 Base de Consolidação

(i) Combinações de negócios - Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009 Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a controlada CPFL Energia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido em conjunto das operações onde as atividades do empreendimento, direta ou indiretamente, são controladas em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. As políticas contábeis da controladas indiretas e controladas indiretas em conjunto consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras de controladas indiretas e controladas indiretas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas indiretas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas integrais e proporcionalmente para as controladas em conjunto. Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas decorrentes destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está evidenciada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado do exercício em cada ano apresentado.

(ii) Controladas indiretas: As demonstrações financeiras da controlada CPFL Energia e das controladas indiretas e controladas indiretas em conjunto (joint venture) são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle (total ou compartilhado), se inicia até a data em que deixa de existir. Operações controladas em conjunto são tratadas como se fossem operações de uma única entidade, direta ou indiretamente, são controladas em conjunto com outros investidores, por meio de acordo contratual que exige consentimento unânime para as decisões financeiras e operacionais. As políticas contábeis da controladas indiretas e controladas indiretas em conjunto consideradas na consolidação estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras de controladas indiretas e controladas indiretas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem os saldos e transações da Companhia e de suas controladas indiretas. Os saldos e transações de ativos, passivos, receitas e despesas foram consolidados integralmente para as controladas integrais e proporcionalmente para as controladas em conjunto. Saldos e transações entre empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas decorrentes destas transações, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Respeitadas as condições descritas acima, a parcela relativa aos acionistas não controladores está evidenciada no patrimônio líquido e destacada após a demonstração do resultado do exercício em cada ano apresentado.

(iii) Aquisição de participação de acionistas não-controladores: É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

2.6 Informações por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia e de sua controlada CPFL Energia (i) que possui atividades operacionais através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas. A Administração da controlada CPFL Energia utiliza-se de relatórios para a tomada de decisões estratégicas segmentando os negócios em: (i) atividades de distribuição de energia elétrica ("unidade de distribuição"), (ii) estrutura de geração de energia elétrica ("geração"), (iii) atividades de comercialização de energia e prestação de serviços ("Comercialização") e (iv) outros, basicamente correspondendo às seguintes atividades não relacionadas nos itens anteriores. Estão incluídos na apresentação dos segmentos operacionais, itens diretamente a eles atribuíveis, bem como eventuais alocações necessárias, incluindo ativos intangíveis.

2.7 Informações sobre Participações Societárias

As participações societárias detidas pela Companhia nas controladas indiretas e nas controladas indiretas em conjunto, direta ou indiretamente, estão descritas na nota 1. Exceto (i) pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA, Foz do Chapecó e EPASA que são consolidadas proporcionalmente, e (ii) o investimento registrado ao custo pela controlada indireta Paulista Lajeado na Investco, as demais entidades são consolidadas de forma integral. Em 31 de dezembro de 2010, a participação de acionistas não controladores destacada no consolidado refere-se à participação de terceiros detida nas controladas indiretas CERAN e Paulista Lajeado.

2.8 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA é o valor adicionado ao valor adicionado ("DVA") individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, aplicáveis às companhias abertas, enquanto que para o IFRS apresentam informação financeira adicional.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados.

3.1 Contratos de Concessão

O ICPC 01 "Contratos de Concessão" estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e é aplicável para situações em que o poder concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infra-estrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infra-estrutura no final do prazo da concessão. O reconhecimento das obrigações, a infra-estrutura das concessionárias de distribuição é segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que seja registrado nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadra-se na categoria de disponível para venda e é atualizado e amortizado anualmente de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infra-estrutura é registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção, tendo como contrapartida um ativo financeiro correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais classificados como ativo intangível que serão amortizados pelo prazo da concessão de acordo com o padrão de consumo que contrapartida a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infra-estrutura, (ii) da forma como as controladas indiretas gerenciam as construções através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da controlada CPFL Energia, a Administração da controlada CPFL Energia julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.2 Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia, ou a controlada CPFL Energia ou suas controladas indiretas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando o instrumento é transferido para uma entidade que não é a Companhia ou suas controladas indiretas e possui os seguintes principais ativos financeiros: i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas gerenciam estes ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Estes ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros que a Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm classificados nesta categoria são: (i) saldos bancários e aplicações financeiras (nota 6), (ii) títulos e valores mobiliários (nota 8) e (iii) derivativos (nota 35. d).

ii. Mantidos até o vencimento: são ativos para os quais a Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem intenção e capacidade de manter até o vencimento. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. iii. Créditos a receber da controlada indireta CPFL Paulista junto a CESP (nota 13). iv. Empréstimos e recebíveis: são ativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, após o reconhecimento inicial, reconhecidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas têm como principais ativos financeiros classificados nesta categoria: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias (nota 7), (ii) dividendos e juros sobre o capital próprio (nota 14.2) e (iii) outros créditos (nota 13). iv. Disponíveis para venda: são ativos não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não se classifiquem em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração de resultado como parte do resultado operacional líquido, enquanto que as variações por registro ao valor justo são reconhecidas na Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício no momento da realização do ativo.

A controlada CPFL Energia e suas controladas indiretas têm como principal ativo financeiro classificado nesta categoria o direito à indenização ao término da concessão. A opção pela designação deste instrumento como disponível para venda deve-se a sua não classificação nas demais categorias descritas. Uma vez que a Administração acredita que a indenização se dará, no mínimo, conforme modelo de precificação de tarifas atual, o registro deste instrumento como empréstimos e recebíveis não é possível uma vez que a indenização não será fixa ou determinável, pelo fato de existirem incertezas em relação ao valor de sua recuperação dada a outras razões que não a deterioração do crédito. As principais incertezas devem-se ao risco de não reconhecimento de parte destes ativos pelo órgão regulador e de seus respectivos preços de reposição no término da concessão (nota 4).

- Passivos financeiros: Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia e suas controladas diretas e indiretas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas possuem os seguintes principais passivos financeiros: i. Registrados pelo valor justo por meio de resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos, a contrapartida é o resultado. A Companhia e suas controladas diretas e indiretas classificaram nesta categoria os seguintes passivos financeiros: (i) algumas dívidas em moedas estrangeiras (nota 18) e (ii) derivativos (nota 35. d).

ii. Não mensurados pelo valor justo por meio de resultado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são: (i) fornecedores (nota 17), (ii) empréstimos e financiamentos (nota 18), (iii) encargos de dívidas (nota 18), (iv) encargos de debêntures (nota 19), (v) debêntures (nota 19), (vi) uso do bem público (nota 24), (vii) dividendos a pagar e (viii) outras contas a pagar (nota 19).

A controlada CPFL Energia realiza o registro contábil de garantias quando estas são realizadas para entidades não controladas indiretas ou quando a garantia é concedida em um percentual maior que o de sua participação. Tais garantias são inicialmente registradas ao valor justo, através de (i) um passivo correspondendo a receita a ser apropriada que será reconhecida posteriormente a medida em que a controlada CPFL Energia esteja livre de tal obrigação, e (ii) um ativo que corresponde ao direito de ressarcimento pela parte garantida, amortizada posteriormente pelo recebimento de caixa ou pelo método linear ao resultado. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de liquidação em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Arrendamentos

No começo de um contrato deve-se determinar se um contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos/recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas/receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais contemplam não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que controlada CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas atuam como arrendatária, os bens são capitalizados ao ativo imobilizado no início do arrendamento em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Para os arrendamentos financeiros em que a controlada CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas atuam como arrendadora, o investimento é inicialmente reconhecido pelos custos incorridos na construção/aquisição do bem. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício durante o período do arrendamento de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento/passivo existente.

3.4 Imobilizado:

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que estes estejam em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O processo de avaliação dos ativos de acordo com as regras do CPC e IFRS na data de transição foi realizado através da segregação em dois grupos: - Ativos avaliados pelo custo atribuído na data de transição: modelo adotado para os ativos construídos e postos em serviço a longa data em que não seja possível a reconstrução da formação de seu custo ou em que o custo associado a este levantamento não traga um benefício para a apresentação destas demonstrações financeiras. Desta forma, o custo destes ativos imobilizados na data de transição foi determinado de acordo com o seu respectivo valor de mercado ("custo atribuído") e os valores reavaliados estão sendo apresentados tanto para o custo como para a depreciação acumulada. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais.

- Ativos avaliados pelo custo histórico: modelo adotado pela controlada CPFL Energia para ativos recém construídos em que a base de formação do custo é facilmente comprovada e que os valores a custos históricos estejam próximos de seus respectivos valores de mercado. Para estes casos, as controladas indiretas procederam análise de modo a assegurar que a composição do custo esteja em consonância com as atuais práticas contábeis. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para as controladas indiretas e se o ativo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 2% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme orientação e definição do órgão regulador. Para as geradoras sujeitas à regulamentação do Decreto 2003 de 1996, os ativos estão sendo depreciados pelas taxas estabelecidas pelo órgão regulador, desde que não ultrapassem o prazo da concessão. Os ganhos e perdas na alienação/outra de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos/debto de outras receitas/despesas operacionais. Os bens e instalações utilizados nas atividades reguladas são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação e determina que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

3.5 Intangível:

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, softwares e servidão de passagem. O ágio ("goodwill") resultante na aquisição de controladas é representado pela diferença entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Os ágios, bem como os demais ativos intangíveis de vida útil indefinida, não estão sujeitos a amortização, sendo anualmente testados para verificar se os respectivos valores contábeis não superam os seus valores de recuperação.

Os desajós são registrados como ganhos no resultado do período referente a aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio é incluído ao valor contábil do investimento, sendo apresentado como intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões pode ter três origens distintas, fundamentadas pelos argumentos a seguir: i. Adquiridos através de combinações de negócios: A parcela do ágio oriunda de combinações de negócios que corresponde ao direito de exploração da concessão esta sendo apresentado como ativo intangível. Estes valores são amortizados com base na curva do lucro líquido projetado das concessionárias para o prazo remanescente da concessão. ii. Investimentos na infra-estrutura (aplicação do ICPC 01 - Contratos de Concessão): Em função dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica firmados pelas controladas indiretas, o ativo intangível é registrado correspondendo ao direito que os concessionários possuem de cobrar os usuários pelo uso da infra-estrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para maiores informações vide nota 3.1.

iii. Uso do Bem Público: Algumas concessões de geração foram concedidas mediante a contraprestação de pagamentos para a União a título de Uso do Bem Público. O registro desta obrigação na data da assinatura dos respectivos contratos, a valor presente, teve como contrapartida a conta de ativo intangível. Estes valores, capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação, estão sendo amortizados linearmente pelo período remanescente da concessão.

3.6 Redução ao Valor Recuperável ("Impairment")

- Ativos financeiros: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo, e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. A controlada CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas avaliam à evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a controlada CPFL Energia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. A redução do valor recuperável de um ativo financeiro é reconhecida como segue:

• Custo amortizado: pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

• Disponíveis para venda: pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido para o resultado. Essa perda reclassificada é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O teste de impairment considera a avaliação de custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O teste de impairment considera a avaliação de custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O teste de impairment considera a avaliação de custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

- Ativos não financeiros: Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O teste de impairment considera a avaliação de custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização do principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método dos juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Nos casos onde em períodos subsequentes ao reconhecimento da perda, tenha sido identificado um aumento (ganho), a perda de valor é revertida contra o montante da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida na Reserva de avaliação patrimonial.

3.7 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso esperados em termos de obrigação presente na data das referidas demonstrações.

3.8 Benefícios a Empregados:

As Controladas indiretas possuem benefícios pós-emprego e planos de pensão, reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com o CPC 33 - "Benefícios a Empregados". Apesar dos planos possuírem particularidades, tem as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a controlada CPFL Energia paga contribuições fixas para uma entidade separada não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do período em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é inicialmente calculada por atuários independentes através do método da unidade de crédito projetada. As controladas utilizam-se do corredor para evitar que o balanço das condições econômicas distorçam o resultado do período. Desta forma, as diferenças acumuladas entre as estimativas atuariais e os resultados reais não são registrados nas demonstrações financeiras para a menos que excedam 10% do maior valor entre o passivo e ativos planos. Os ganhos e perdas não registrados que ultrapassarem este limite são registrados ao resultado do exercício pelo prazo esperado de serviço remanescente dos funcionários. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao total de quaisquer custos de serviço passado não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.9 Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Até 31 de dezembro de 2008, o dividendo que excedia o limite mínimo de 25% deveria ser proposto e provisionado na data de cada balanço, mas sujeito à aprovação em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"). De acordo com as práticas contábeis internacionais, CPC 24 e ICPC 08, apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado, só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, serão mantidos no patrimônio líquido, em conta de "Dividendo adicional proposto", em virtude de não serem registrados nos demonstrações financeiras os dividendos em função da não aprovação em Assembleia Geral Ordinária. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendos e juros sobre o capital próprio intermediários apurados através de balanço trimestral ou balanço correspondente a períodos menores ou ainda à conta de lucros acumulados ou reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. A declaração de dividendos intermediários só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia a data de deliberação do Conselho de Administração.

Nas práticas contábeis anteriormente adotadas, os juros sobre o capital próprio transitavam pelo resultado do exercício e eram estornados para fins de apresentação da demonstração do resultado do exercício. Com a nova prática contábil, os juros sobre o capital próprio não mais transitam pela demonstração do resultado do exercício, estando os efeitos demonstrados apenas na mutação do patrimônio líquido e na taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social.

3.10 Reconhecimento de Receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas indiretas é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando os benefícios econômicos decorrentes da venda de bens e serviços são reconhecidos e os custos associados foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, e de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento e no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. Não existe nenhum consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços em conformidade com as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas pelo método da percentagem completada ("preço fixo"), sendo as perdas reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

3.11 Imposto de Renda e Contribuição Social



VBC ENERGIA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 00.095.147/0001-02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

estrutura de distribuição. Esta base de avaliação é utilizada para precificação da tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Apesar da metodologia e critérios de avaliação da indenização no momento da reversão dos ativos ainda não ter sido definida pela União, a Administração da controlada CPFL Energia acredita que a indenização será avaliada tendo como base, no mínimo, o modelo de precificação das tarifas. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IGP-M como o melhor estimativa para ajustar a base original ao respectivo valor justo nas datas subsequentes, em consonância com o processo de Reajuste Tarifário. O valor justo dos passivos financeiros, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação nas demonstrações financeiras.

5. ADOÇÃO INICIAL DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Em função da promulgação das Leis 11.638/07 e 11.941/09, durante o exercício de 2008, o CPC emitiu e a CVM aprovou uma série de Pronunciamentos e Interpretações contábeis que tinha por objetivo a convergência das práticas contábeis brasileiras às práticas internacionais de contabilidade ("IFRS"). Tais pronunciamentos foram integralmente aplicados concluindo a primeira fase do processo de convergência.

Para que o processo fosse totalmente concluído, novos pronunciamentos foram emitidos ao longo de 2009 e 2010, de modo a permitir que as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 fossem aplicadas em consonância com as normas internacionais.

Estas demonstrações financeiras são as primeiras demonstrações preparadas em conformidade com o IFRS. Para que o processo de harmonização de práticas contábeis fosse possível, a Companhia e sua controlada CPFL Energia aplicaram os CPCs 37 e 43, adotando como data de transição 1º de janeiro de 2009 e consequentemente as demonstrações financeiras de 2009 estão sendo reapresentadas com os ajustes identificados na adoção dos referidos CPCs. De acordo com os pronunciamentos mencionados acima, existem exceções obrigatórias e isenções opcionais de aplicação retroativa.

Procedimentos adotados pela controlada CPFL Energia:

- Benefícios a empregados: Registro dos planos de pensão do tipo benefício definido. Dada a impraticabilidade da aplicação retroativa, a controlada CPFL Energia aplicou a isenção e foram reconhecidos todos os ganhos e perdas atuariais passados em 1º de janeiro de 2009 em contrapartida à conta de prejuízo acumulado.

- ICPC 01 - Contratos de concessão: Recomposição dos ativos financeiros e ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICPC 01 e IFRIC 12 de forma retroativa. Desta forma, a controlada CPFL Energia não utilizou a isenção permitida pelas regras de transição.

- Combinação de negócios: De acordo com a isenção permitida pelo CPC 37 e IFRS 1, na transição para as normas internacionais de contabilidade a controlada CPFL Energia optou por não aplicar retroativamente os requerimentos do CPC 15 - Combinações de Negócios. Desta forma, somente as combinações de negócios ocorridas após 01 de janeiro de 2009 refletem os requerimentos deste pronunciamento.

- Custo atribuído: O CPC 37 permite a opção pela mensuração de um ativo imobilizado pelo custo atribuído na data de transição, conforme Interpretação Técnica "ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43". A controlada CPFL Energia optou por registrar ao valor de mercado, na data de transição, os ativos imobilizados das controladas indiretas CPFL Sul Centrais e CPFL Geração.

- As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2009 e em 31 de dezembro de 2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas anteriormente adotadas no Brasil. O impacto da transição para as práticas contábeis internacionais no balanço patrimonial, patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, assim como o resultado do exercício de 2009 está descrito a seguir.

5.1 Reconciliação dos Ajustes e Reclassificações na Adoção das Novas Práticas Contábeis:

a) Balanço Patrimonial de Abertura em 1º de Janeiro de 2009:

Referência	Anteriormente Publicado	Controladora Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas Práticas
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	48.584	-	-	-	48.584
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	168.798	-	-	(168.798)	-
Tributos a Compensar	15.235	-	-	-	15.235
Despesas Pagas Antecipadamente	680	-	-	-	680
	233.297			(168.798)	64.499
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos Judiciais	45.941	-	-	-	45.941
Títulos e Valores Mobiliários	1.195.472	-	-	-	1.195.472
Despesas Pagas Antecipadamente	680	-	-	-	680
Investimentos	5.3.8	1.450.394	-	215.599	1.665.993
Imobilizado	5.3.3/5.3.4	47	-	-	47
Intangível	5.3.3/5.3.5/5.3.6	47	-	-	47
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.692.581			215.599	2.908.180
TOTAL DO ATIVO	2.925.878			46.801	2.972.679

Balanço Patrimonial em 01/01/2009

Referência	Anteriormente Publicado	Controladora Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas Práticas
ATIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	73	-	-	-	73
Encargos de Dívidas	39.179	-	-	-	39.179
Encargos de Debêntures	4.293	-	-	-	4.293
Empréstimos e Financiamentos	185.003	-	-	-	185.003
Debêntures	128.011	-	-	-	128.011
Impostos, Taxas e Contribuições	3.635	-	-	-	3.635
Obrigações Estimadas com Pessoal	105	-	-	-	105
Outras Contas a Pagar	66	-	-	1	67
	360.315			1	360.316
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	1.048.349	-	-	-	1.048.349
Debêntures	128.011	-	-	-	128.011
	1.176.360				1.176.360
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	651.645	-	-	-	651.645
Reserva de Capital	313.021	-	-	-	313.021
Reserva de Lucro	59.997	-	-	-	59.997
Reserva Estatutária	364.540	-	-	-	364.540
Lucro Acumulado	-	-	-	46.800	46.800
	1.389.203			46.800	1.436.003
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.925.878			46.801	2.972.679

Balanço Patrimonial em 01/01/2009

Referência	Anteriormente Publicado	Consolidado Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas Práticas
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	254.072	-	5.739	-	259.811
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5.3.2	479.301	(22.965)	1.705	(11.568)
Títulos e Valores Mobiliários	10.652	-	-	-	10.652
Tributos a Compensar	63.775	-	466	-	64.241
Derivativos	10.171	-	-	-	10.171
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(22.965)	22.965	-	-	-
Estoques	4.343	2.126	-	-	6.469
Arrendamento	-	316	-	-	316
Créditos Fiscais Diferidos	61.309	(61.309)	-	-	680
Despesas Pagas Antecipadamente	5.3.2	29.054	(3.917)	207	(24.664)
Diferimento de Custos Tarifários	5.3.2	177.745	-	-	(177.745)
Outros	30.855	1.475	21	622	32.973
	1.098.312	(61.309)	8.138	(213.355)	831.786
NÃO CIRCULANTE					
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	5.3.2	79.690	-	(2.176)	77.514
Coligadas, Controladas e Controladora	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	213.031	-	-	-	254.806
Títulos e Valores Mobiliários	1.222.427	41.774	1	-	1.222.427
Derivativos	110.528	-	-	-	110.528
Créditos Fiscais Diferidos	315.463	61.309	-	67.188	443.960
Arrendamento	-	1.464	-	-	1.464
Ativo Financeiro da Concessão	5.3.3	-	-	162.152	162.152
Outros Investimentos ao Custo	-	32.375	-	-	32.375
Tributos a Compensar	28.392	-	897	-	29.289
Despesas Pagas Antecipadamente	5.3.2	28.310	(2.857)	-	(24.773)
Diferimento de Custos Tarifários	5.3.2	43.845	-	-	(43.845)
Outros	5.3.8	61.640	1.393	4.426	12.876
Investimentos	5.3.8	81.602	(32.693)	-	3.842
Imobilizado	5.3.3/5.3.4/5.3.3/5.3.5/5.3.6	1.842.121	-	110.972	(642.291)
Intangível	5.3.3/5.3.6	613.930	8.213	15	925.295
Diferido	5.719	(7.895)	2.176	-	-
	4.646.698	103.083	118.487	458.268	5.326.536
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.745.010	41.774	126.625	244.913	6.158.322

Balanço Patrimonial em 01/01/2009

Referência	Anteriormente Publicado	Consolidado Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas Práticas
CIRCULANTE					
Fornecedores	273.003	-	-	-	273.003
Encargos de Dívidas	47.278	-	261	-	47.539
Encargos de Debêntures	32.731	-	-	-	32.731
Empréstimos e Financiamentos	330.703	-	9.201	-	339.904
Debêntures	289.560	-	-	-	289.560
Entidade de Previdência Privada	12.278	-	-	326	12.604
Taxas Regulamentares	26.194	-	132	-	26.326
Impostos, Taxas e Contribuições	132.952	-	122	(2.257)	130.817
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	7.236	-	19	(2.378)	4.877
Obrigações Estimadas	12.984	-	39	-	13.023
Provisão para Contingências	4	(6)	2	-	-
Derivativos	14.884	-	-	-	14.884
Uso do Bem Público	5.3.5	-	-	4.241	4.241
Diferimento de Ganhos Tarifários	5.3.2	46.195	-	(46.195)	-
Outras Contas a Pagar	5.3.2	146.248	(34.774)	272	77.959
	1.372.850	(34.780)	11.039	(80.050)	1.269.059
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	23.759	-	-	-	23.759
Encargos de Dívidas	20.638	-	-	-	20.638
Empréstimos e Financiamentos	2.116.908	-	69.417	-	2.186.325
Debêntures	692.493	-	-	-	692.493
Entidade de Previdência Privada	141.530	-	-	81.814	223.344
Tributos e Contribuições Sociais	624	-	1	-	625
Débitos Fiscais Diferidos	1.171	-	-	75.372	76.543
Provisão para Contingências	29.978	76.554	-	-	106.532
Derivativos	268	-	-	-	268
Uso do Bem Público	5.3.5	-	-	113.874	113.874
Diferimento de Ganhos Tarifários	5.3.2	11.357	-	(11.357)	-
Outras Contas a Pagar	5.3.2/5.3.8	57.703	-	17.354	75.057
	3.096.429	76.554	69.418	277.057	3.519.458
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	651.645	-	-	-	651.645
Reserva de Capital	313.021	-	-	-	313.021
Reserva de Lucro	286.465	-	-	(24)	286.441
Lucro (Prejuízo) Acumulado	-	-	-	46.800	46.800
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	1.251.131	-	-	46.776	1.297.907
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas não Controladores	24.600	-	46.168	1.130	71.898
	1.275.731		46.168	47.906	1.369.805
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.745.010	41.774	126.625	244.913	6.158.322

Balanço Patrimonial em 31/12/2009

Referência	Anteriormente Publicado	Controladora Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas Práticas
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.297	-	-	-	1.297
Dividendo e Juros Sobre o Capital Próprio	169.595	-	-	(169.595)	-
Tributos a Compensar	819	-	-	-	819
	171.711			(169.595)	2.116
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos Judiciais	48.306	-	-	-	48.306
Títulos e Valores Mobiliários	646.067	-	-	-	646.067
Investimentos	5.3.8	1.386.438	-	311.192	1.697.630
Imobilizado	5.3.3/5.3.4/5.3.6	39	-	-	39
Intangível	5.3.3/5.3.5	39	-	-	39
	2.080.888			311.192	2.392.080
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.252.599			141.597	2.394.196

Balanço Patrimonial em 31/12/2009

Referência	Anteriormente Publicado	Controladora Reclassificações (vide item 5.2)	Consolidação (vide item 5.3.1)	Ajustes	Novas Práticas
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE					
Fornecedores	2	-	-	-	2
Encargos de Dívidas	32.853	-	-	-	32.853
Empréstimos e Financiamentos	185.232	-	-	-	185.232
Impostos, Taxas e Contribuições	3.642	-	-	-	3.642
Outras Contas a Pagar	297.591	-	-	-	297.591
	519.320				519.320
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e Financiamentos	864.414	-	-	-	864.414
	864.414				864.414
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	651.645	-	-	-	651.645
Reserva de Capital	313.021	-	-	-	313.021
Reserva de Lucro	78.411	-	-	-	78.411
Reserva Estatutária	72.332	-	-	-	72.332
Reserva de Avaliação Patrimonial (248.438)	5.3.8	(246.544)	-	(1.894)	-
Lucro (Prejuízo) Acumulado	-	-	-	143.491	143.491
	868.865			141.597	1.010.462
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Patrimônio líquido - Controladora									
	Ativo	Passivo	Capital e Reservas	Reserva de Avaliação Patrimonial Instrumentos Financeiros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	PL Controlador	Participação dos não Controladores	Total PL	Lucro Líquido 2009
31/12/2009									
Anteriormente Publicado	16.869.991	11.702.008	1.115.409	(246.544)	-	868.865	-	868.865	368.282
Ajustes									
Equivalência Patrimonial em Controlada	(555.966)	(548.095)	-	-	138.033	138.033	-	138.033	91.232
Equivalência Patrimonial em Coligada	-	-	-	-	1.306	1.306	-	1.306	1.306
Outros	1.197	(3.336)	-	(1.894)	4.152	2.258	-	2.258	-
Saldo após Adoção das Novas Práticas	18.490.759	11.953.980	1.115.409	(248.438)	143.491	1.010.462	-	1.010.462	460.820

Patrimônio Líquido - Consolidado									
	Ativo	Passivo	Capital e Reservas	Reserva de Avaliação Patrimonial Instrumentos Financeiros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	PL Controlador	Participação dos não Controladores	Total PL	Lucro Líquido 2009
31/12/2009									
Anteriormente Publicado	16.869.991	11.702.008	996.742	(246.544)	-	750.198	21.787	771.985	387.709
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósito Judicial	139.671	139.671	-	-	-	-	-	-	-
Outras	3.054	3.054	(1)	-	1	-	-	-	-
Consolidação	443.576	262.275	-	-	-	-	46.448	46.448	5.217
Ajustes									
Equivalência Patrimonial em Coligada	-	-	-	-	1.306	1.306	-	1.306	1.306
Estorno de Ativos e Passivos Regulatórios	(555.966)	(548.095)	-	-	(2.046)	(2.046)	30	(2.016)	158.812
Plano de Pensão	6.671	294.863	-	-	(73.832)	(73.832)	-	(73.832)	1.729
ICPC 01 - Contratos de Concessão	185.027	-	-	(2.871)	49.433	46.562	840	47.402	(1.109)
Ativo imobilizado - Custo Atribuído	963.440	-	-	-	246.824	246.824	-	246.824	(10.133)
Baixa de Deságio	12.828	-	-	-	3.286	3.286	-	3.286	-
Garantias	50.052	71.151	-	-	(5.404)	(5.404)	-	(5.404)	(837)
Uso do Bem Público	392.217	421.534	-	-	(4.942)	(4.942)	(2.569)	(7.511)	(115)
Depreciação Ativos Geração	(27.288)	-	-	-	(5.567)	(5.567)	(1.424)	(6.991)	(6.991)
Outros	1.197	(3.336)	-	-	5.424	5.424	(110)	5.314	1.239
Dividendo	-	(664.522)	-	-	-	-	-	-	2.435
Efeitos Fiscais	6.289	275.377	-	977	(70.992)	(70.015)	1.076	(68.939)	(48.491)
Saldo após Adoção das Novas Práticas	18.490.759	11.953.980	996.741	(248.438)	143.491	891.794	68.513	960.307	488.336

	Controladora			Consolidado				
	Anteriormente Publicado	Consolidação	Ajustes	Novas Práticas	Anteriormente Publicado	Consolidação	Ajustes	Novas Práticas
Lucro Líquido incluindo CSLL e IRPJ	396.272	-	92.538	488.810	566.763	6.509	145.303	718.575
Ajustes ao Lucro	(269.021)	-	(96.307)	(369.328)	344.920	9.073	22.189	376.182
Ativos Operacionais	329.778	-	(1)	329.777	109.502	88	(115.845)	(6.255)
Passivos Operacionais	(133.738)	-	-	(133.738)	(410.841)	(7.693)	(57.705)	(476.239)
Caixa Oriundo das Atividades Operacionais	323.291	-	(3.770)	319.521	610.344	7.977	(6.058)	612.263
Aquisições de Imobilizado	(11)	-	-	(11)	(315.834)	(2.721)	177.884	(140.671)
Adições de Intangível	-	-	-	-	(24.144)	(8)	(149.815)	(173.967)
Outros	722.200	-	3.770	725.970	742.377	1.078	(20.253)	723.202
Caixa Oriundo das Atividades de Investimento	722.189	-	3.770	725.959	402.399	(1.651)	7.816	408.564
Caixa Oriundo das Atividades de Financiamento	(1.092.767)	-	-	(1.092.767)	(889.869)	(8.001)	(453)	(898.323)
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	(47.287)	-	-	(47.287)	122.874	(1.675)	1.305	122.504
Saldo Inicial no Caixa e Equivalentes de Caixa	48.584	-	-	48.584	254.532	5.279	-	259.811
Saldo Final no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.297	-	-	1.297	377.406	3.604	1.305	382.315

5.2 Reclassificações nos Valores das Demonstrações Financeiras Anteriormente Publicadas
De acordo com as novas práticas (nota 3.13), estes ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados, uma vez que não atendem a definição de ativos e passivos conforme previsto na Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. O ajuste registrado desta natureza refere-se à reversão dos saldos dos ativos e passivos regulatórios nas controladas de distribuição. A nota explicativa 38 apresenta a composição destes saldos para as datas base apresentadas.

5.3 Natureza dos Ajustes na Adoção Inicial do IFRS
5.3.1 Ajustes de Consolidação
O conceito de consolidação aplicado pelas práticas contábeis anteriormente adotadas difere dos conceitos previstos pelos CPCs 36 e 19 que estão fundamentados pelo critério de controle. De acordo com o CPC 36, controle é o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade de forma a obter benefício das suas atividades. O CPC 19, define que o controle existe quando as decisões estratégicas e operacionais referentes à atividade requerem um consenso unânime das partes que detêm o controle compartilhado, permitindo então a consolidação proporcional das demonstrações financeiras da controlada. A aplicação destes conceitos para os investimentos detidos pela controlada CPFL Energia resultou na alteração do critério de consolidação da controlada indireta CERAN, que passou a ser consolidada de forma integral. O ajuste registrado nestas linhas refere-se aos saldos da diferença entre 100% e a participação devida nesta controlada que foram acrescidos linha a linha para fins de consolidação.

5.3.2 Reversão de Ativos e Passivos Regulatórios
As concessionárias de energia elétrica possuem, até 31 de dezembro de 2008, saldos de ativos regulatórios referentes a pagamentos antecipados efetuados pela concessionária relativos ao aumento dos custos de aquisição de energia elétrica e de gastos com encargos do sistema, dentre outros, que foram recebidos através do aumento da tarifa concedida pelo órgão regulador nos exercícios seguintes. Possuíam também saldos de passivos regulatórios relativos à redução desses custos não gerenciáveis que deveria ser devolvido aos consumidores através de redução subsequente na tarifa. De acordo com as novas práticas (nota 3.13), estes ativos e passivos regulatórios não podem ser registrados, uma vez que não atendem a definição de ativos e passivos conforme previsto na Estrutura Contábil para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. O ajuste registrado desta natureza refere-se à reversão dos saldos dos ativos e passivos regulatórios nas controladas de distribuição. A nota explicativa 38 apresenta a composição destes saldos para as datas base apresentadas.

5.3.3 ICPC 01 - Contratos de Concessão e Ajuste para Reconposição do Ativo Intangível de Infra-estrutura
Pelas práticas contábeis anteriores, toda a infra-estrutura de concessão era registrada como um ativo imobilizado vinculado à concessão. O ICPC 01 altera a forma de registro das concessões quando determinadas condições são atendidas tais como: (i) controle sobre as atividades que devem ser prestadas, para quem os serviços serão prestados e a que preço, e (ii) reversão dos ativos para o Poder Concedente ao término da concessão. Atendidas estas definições, a infra-estrutura das concessionárias de distribuição foi segregada e movimentada desde a data de sua construção, cumprindo as determinações existentes nos CPCs e IFRSs, de modo que fossem registrados nas demonstrações financeiras (i) um ativo intangível correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização) mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão foi determinado pelo seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos estabelecida pelo órgão regulador. O ativo financeiro enquadrar-se na categoria de disponível para venda e é atualizado e amortizado anualmente de acordo com a atualização de seu valor justo, tendo como contrapartida a conta de Reserva de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. O montante remanescente foi registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão. As controladas indiretas de distribuição, seguindo orientações do ICPC 01 e OCPC 05, aplicaram os conceitos de forma retroativa e reconstruíram a base contábil da infra-estrutura de modo que os custos utilizados para formação do ativo intangível e financeiro estejam em completa consonância com as disposições contidas nas normas contábeis internacionais.

O ajuste nas linhas de receita líquida e custo dos serviços prestados corresponde ao registro da receita de prestação de serviços de construção dos ativos de distribuição realizados pelas concessionárias. Para mais detalhes, vide nota 3.1. Os quadros a seguir representam as reclassificações e ajustes realizados nas empresas de distribuição para atendimento do ICPC 01, em 1º de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009.

	31/01/2009		31/12/2009	
	Publicado	Contas do Ativo	Publicado	Contas do Ativo
Imobilizado	921.538	(921.538)	917.091	(917.091)
Ativo Intangível	199.841	818.455	189.916	795.701
Ativo Financeiro	-	103.084	-	121.390
		Ajustes no PL e DRE		Ajustes no PL e DRE
		(3.317)		(3.888)
		1.014.979		981.729
		59.068		51.290
		162.152		172.680

5.3.4 Registro do Ativo Imobilizado pelo Custo Atribuído
Conforme descrito anteriormente, a controlada CPFL Energia optou por utilizar-se da isenção prevista no CPC 37 quanto à valorização do ativo imobilizado, na data de transição, para os ativos das controladas indiretas CPFL Sul Centrais e CPFL Geração, considerando como custo atribuído o valor justo na data de transição. O ajuste nesta linha corresponde ao registro da mais valia atribuída aos ativos reavaliados, realizado contra o patrimônio líquido, no montante de R\$ 279.330 (R\$ 184.358 líquido dos efeitos fiscais, data base 01 de janeiro de 2009).

5.3.5 Uso do Bem Público
A controlada indireta CERAN e as controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó, quando da assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, assumiram perante a União obrigações relativas a outorga da concessão, a título de "Uso do bem público". As obrigações são atualizadas anualmente de acordo com as práticas anteriormente adotadas. Até 31 de dezembro de 2008, as controladas indiretas registravam as despesas de outorga na demonstração do resultado conforme vencimento contratual. De acordo com as novas práticas, os valores do passivo de Uso do bem público, descontados a valor presente de acordo com as taxas de captação de cada empreendimento, foram reconhecidos na data de assinatura do contrato tendo como contrapartida um ativo intangível relacionado ao direito de explorar a concessão. O ajuste na data de transição corresponde ao registro do passivo de UBP (já descontado das despesas reconhecidas pelas práticas anteriormente adotadas) no montante de R\$ 118.113, tendo como contrapartida R\$ 110.073 e R\$ 8.040 (R\$ 5.306 líquidos dos efeitos fiscais) referente ao registro do ativo intangível e prejuízo acumulado do período.

5.3.6 Depreciação pelo Prazo de Concessão
Os contratos de concessão da controlada indireta CERAN e das controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó estão sob a égide do Decreto 2003 de 1996. Em função de todas as discussões jurídicas e possíveis conflitos existentes entre (i) a redação da Lei de Concessões, (ii) interpretações do próprio decreto, e (iii) forma como os contratos de concessões foram redigidos, a Controlada CPFL energia conservadoramente procedeu aos ajustes nas respectivas taxas de depreciação de modo que o ativo imobilizado relacionado ao projeto básico seja depreciado pela vida útil do bem, desde que limitada ao prazo de vencimento da concessão.

5.3.7 Plano de Pensão
- Benefício a empregados (plano de pensão)
Conforme descrito anteriormente, a controlada CPFL Energia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais acumulados em 1º de janeiro de 2009. O ajuste nesta linha de R\$ 82.140 (R\$ 54.212 líquido dos efeitos fiscais) corresponde ao registro da perda atuarial acumulada existente na data de transição, de acordo com o CPC 37, para todos os planos de benefício definido das controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE.

5.3.8 Outros Ajustes
- Aquisição de coligada
A Companhia adquiriu, em dezembro de 2009, participação acionária na coligada CCR S.A., por meio de sua controladora Camargo Corrêa S.A. A coligada CCR S.A. adotou o IFRS em suas demonstrações contábeis iniciadas em 1º de janeiro de 2009, o que gerou uma diferença entre o investimento inicial apurado na Companhia e investimento ajustado ao IFRS. Essa diferença foi alocada no patrimônio líquido e no resultado do ano de 2009 da Companhia, de forma reflexa.
- Baixa do deságio
De acordo com o CPC 15 "Combinação de Negócios", o deságio registrado de acordo com as práticas contábeis anteriores deve ser baixado na data de transição para as práticas contábeis internacionais.
Na linha de Investimentos foi efetuado o ajuste de R\$ 3.573 (R\$ 2.358 líquido dos efeitos fiscais) referente à baixa contra lucros acumulados no balanço patrimonial de abertura na data de transição.
- Garantias fornecidas
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2008, não havia nenhum pronunciamento específico referente às exigências da contabilização de garantias, e, portanto, a emissão de garantias não era registrada nas demonstrações financeiras.
Com a adoção dos pronunciamentos que tratam sobre reconhecimento, mensuração, apresentação e encobertura de instrumentos financeiros (CPC 38, CPC 39 e CPC 40) a partir de 1º de janeiro de 2009, a controlada CPFL Energia passou a registrar as garantias emitidas superiores a sua participação nos empreendimentos controlados em conjunto.
Estas garantias são inicialmente registradas ao valor justo da obrigação no momento de sua emissão. Desta forma, a controlada CPFL Energia registrou um passivo em Outras Contas a Pagar correspondente ao valor justo da garantia contratada em 01 de janeiro de 2009 no montante total de R\$ 17.738, que será amortizado por um crédito na receita financeira de acordo com a liberação do risco sob as garantias.
As contrapartidas foram registradas como Outros Ativos no montante de R\$ 12.772. O valor correspondente à participação da controlada CPFL Energia em cada controlada indireta em conjunto e os montantes que não serão reembolsados pelos outros acionistas das controladas em conjunto são reconhecidos no resultado como despesa financeira até o final de seu vencimento. Qualquer valor remanescente está sujeito a reembolso pelos outros acionistas das controladas indiretas em conjunto. O ajuste líquido em 01 de janeiro de 2009, efetuado contra lucros acumulados, foi de R\$ 4.966 (R\$ 3.278 líquidos dos efeitos fiscais).
- Dividendo e juros sobre capital próprio
De acordo com as práticas anteriormente adotadas o saldo de lucros acumulados deveria ter uma destinação ao término do exercício. A parcela correspondente a destinação de dividendos era provisionada de acordo com a proposta da Administração, mesmo estando sujeita a aprovação pela AGO.
De acordo com as práticas contábeis atuais, conforme descrito na nota 3.9, a parcela que excede ao dividendo mínimo obrigatório só será provisionada após aprovação em AGO, momento pelo qual passa a atender aos critérios de obrigação conforme determinado pelo CPC 25. O ajuste apresentado reflete a reversão da provisão para dividendo a pagar adicional ao mínimo obrigatório ainda não aprovado em Assembleia.
- Reserva de avaliação patrimonial
Os ajustes neste grupo correspondem (i) ao registro da mais valia do custo atribuído ao imobilizado das geradoras e (ii) à contrapartida da atualização financeira do ativo financeiro da concessão.
- Participação de acionistas não controladores
De acordo com as novas práticas contábeis, através do CPC 26, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia passou a classificar a participação de acionistas não controladores como parte do resultado consolidado e como parte do patrimônio líquido nas demonstrações financeiras consolidadas.
Até 31 de dezembro de 2008, no balanço patrimonial consolidado, este saldo era apresentado no passivo, sendo o ajuste nesta linha correspondente à reclassificação do passivo para o patrimônio líquido.
O valor anteriormente apresentado como lucro líquido agora é apresentado como lucro líquido atribuível à Companhia e a parcela dos não controladores como lucro líquido atribuível a não controladores.

	Controladora			Consolidado		
	1Tr09	2Tr09	3Tr09	1Tr10	2Tr10	3Tr10
Patrimônio Líquido Anteriormente Publicado	1.432.233	1.305.043	907.997	834.614	960.851	1.226.650
Ajustes						
Equivalência Patrimonial em Controladas	-	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial em Coligadas	-	-	-	5.900	6.452	6.997
Estorno de Ativos e Passivos Regulatórios	(180.043)	(124.338)	(52.290)	40.083	30.437	14.749
Plano de Pensão	(75.556)	(75.551)	(75.546)	(73.837)	(73.648)	(73.646)
ICPC 01 - Contratos de Concessão	49.692	48.984	48.189	55.368	63.124	70.036
Ativo Imobilizado - Custo Atribuído	254.425	251.892	249.358	244.291	241.144	238.613
Baixa de Deságio	3.286	3.286	3.286	3.286	3.278	3.278
Garantias	(4.817)	(4.684)	(4.572)	(6.297)	(7.466)	(8.671)
Uso do Bem Público	(7.357)	(7.296)	(7.241)	(15.145)	(15.984)	(16.676)
Taxa de Depreciação	(1.748)	(3.495)	(5.243)	(1.748)	(3.487)	(5.230)
Outros	213	437	741	1.262	1.864	2.217
Dividendo	-	-	-	-	-	-
Efeitos Fiscais sobre os Ajustes	(1.961)	(22.750)	(50.059)	(86.517)	(83.208)	(77.289)
Efeitos dos Ajustes para os não Controladores	(816)	270	1.756	22	1.631	3.614
Patrimônio Líquido do Controlador após Adoção das Novas Práticas	1.467.551	1.371.798	1.016.376	1.001.282	1.124.988	1.384.642
Participação de não Controladores em Função de Alteração de Práticas de Consolidação	816	(270)	(1.756)	(22)	(1.631)	(3.614)
Efeito dos Ajustes na Participação dos não Controladores	43.219	44.991	46.588	47.355	48.259	49.753
Participação de não Controladores Anteriormente Publicado	21.875	21.164	21.933	22.339	18.630	19.036
Patrimônio Líquido Total após Adoção das Novas Práticas	1.533.461	1.437.683	1.083.141	1.070.954	1.190.246	1.449.817
Participação de não Controladores	1.467.551	1.371.798	1.016.376	1.001.282	1.124.988	1.384.642
Participação de não Controladores	65.910	65.885	66.765	69.672	65.258	65.175

	Controladora			Consolidado		
	1Tr09	2Tr09	3Tr09	1Tr10	2Tr10	3Tr10
Lucro Líquido Anteriormente Publicado	167.973	38.099	67.556	82.077	90.941	87.962
Lucro do Controlador	167.973	38.099	67.556	82.077	90.941	87.962
Ajustes						
Equivalência Patrimonial em Controladas	3.542	33.138	43.043	25.021	6.251	8.744
Equivalência Patrimonial em Coligadas	-	-	-	401	553	945
Lucro Líquido do Controlador após Adoção das Novas Práticas	164.431	71.237	110.599	107.499	85.243	80.163
Movimento do Período						
1Tr09	167.973	206.072	273.628	82.077	173.018	260.980
2Tr09	206.072	273.628	339.671	90.941	107.499	110.599
3Tr09	67.556	110.599	138.142	87.962	110.599	138.142
1Tr10	167.973	206.072	273.628	82.077	173.018	260.980
2Tr10	206.072	273.628	339.671	90.941	107.499	



VBC ENERGIA S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 00.095.147/0001-02



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldos Bancários	26	43	89	92.466	80.258	34.556
Aplicações Financeiras	1.395	1.254	48.495	308.334	302.057	225.255
Total	1.421	1.297	48.584	400.800	382.315	259.811

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

No consolidado, o saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 01 de janeiro de 2009 é como segue:

	Consolidado			31/12/2010	31/12/2009	Total 01/01/2009
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	> 90 dias			
Circulante						
Classes de Consumidores						
Residencial	74.104	48.843	5.471	128.418	124.391	113.500
Industrial	30.513	19.395	9.618	59.526	67.839	69.511
Comercial	28.891	11.201	3.337	43.429	48.441	43.047
Rural	7.535	1.810	645	9.990	8.370	8.934
Poder Público	6.813	1.290	230	8.333	15.613	8.187
Iluminação Pública	6.228	553	3.887	10.668	15.514	22.603
Serviço Público	8.896	1.212	127	10.235	9.064	8.724
Faturado	162.980	84.304	23.315	270.599	289.232	274.506
Não Faturado	118.845	-	-	118.845	99.443	99.041
Parcelamento de Débito de Consumidores	20.737	1.791	6.129	28.657	23.425	15.569
Energia Livre	952	-	-	952	898	127
Operações Realizadas na CCEE	6.116	-	-	6.116	3.772	12.634
Concessionárias e Permissonárias	49.537	-	-	49.537	47.367	48.815
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-	-	(20.620)	(20.620)	(21.001)	(22.965)
Outros	9.068	650	275	9.994	5.930	18.746
Total	368.235	86.745	9.099	464.080	449.066	446.473
Não Circulante						
Parcelamento de Débito de Consumidores	39.465	-	-	39.465	36.095	42.213
Energia Livre	-	-	-	-	10	40
Operações Realizadas na CCEE	10.554	-	-	10.554	10.581	10.977
Concessionárias e Permissonárias	-	-	-	-	10.928	24.284
Total	50.019	-	-	50.019	57.614	77.514

Parcelamento de Débitos de Consumidores - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com intervenção bancária. Com base na melhor estimativa da Administração das controladas indiretas, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Operações Realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. Os valores de longo prazo compreendem principalmente: (i) ajustes judiciais, determinados em função de processos movidos por agentes do setor; (ii) ações judiciais que contestam a contabilização da CCEE para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002; e (iii) registros escriturais provisórios determinados pela CCEE. As controladas indiretas entendem não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e Permissonárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras Concessionárias e Permissonárias, efetuados, principalmente, pelas controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Brasil, bem como por diversas transações relacionadas à cisão parcial da Bandeirante Energia S.A. pela controlada indireta CPFL Piratininga, que estão sendo compensados através de encontro de contas com valores a pagar. Em 2008 as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Leste Paulista registraram valores a receber no montante de R\$ 35.638 junto a AES Tietê S.A. ("AES Tietê"), a título de Uso do Sistema de Distribuição, e o registro e repasse do mesmo montante no contas a pagar para a CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP") a título de Encargo de Uso do Sistema de Transmissão de Fronteira. Conforme acerto realizado entre as partes envolvidas, com intervenção da ANEEL, esta liquidação está sendo efetuada tanto pela geradora, quanto pelas controladas indiretas à CTEEP, em 36 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009, atualizadas pela SELIC. Em 31 de dezembro de 2010 o saldo da operação era de R\$ 10.900, classificado no ativo e passivo circulante.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Saldo em 01/01/2009			(22.965)
Provisão Constituída			(22.621)
Recuperação de Receita			13.334
Baixa de Contas a Receber Provisionadas			9.412
Varição de Participação			1.839
Saldo em 31/12/2009			(21.001)
Provisão Constituída			(27.768)
Recuperação de Receita			14.564
Baixa de Contas a Receber Provisionadas			13.531
Varição de Participação			54
Saldo em 31/12/2010			(20.620)

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Não Circulante						
Títulos - Debêntures (b)	693.213	-	-	646.067	-	-
Total	693.213	-	-	646.067	-	1.195.472
Circulante						
Cessão de Créditos - CESP (a)	10.869	-	-	10.056	-	-
Total	10.869	-	-	10.056	-	10.652
Não Circulante						
Cessão de Créditos - CESP (a)	18.609	-	-	20.453	-	-
Títulos - Debêntures (b)	693.213	-	-	646.067	-	-
Total	711.822	-	-	666.520	-	1.222.427

(a) Através de instrumento particular de Cessão de Crédito, em 2005, a controlada CPFL Energia e controlada indireta adquiriu o crédito proveniente do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica entre a Companhia Energética de São Paulo ("CESP") (vendedora) e controlada indireta CPFL Brasil (compradora), correspondente ao fornecimento de energia por um período de 8 anos. O montante de recursos entregue pela controlada CPFL Energia à CESP será liquidado com os recursos provenientes da aquisição da energia produzida por aquela empresa pela CPFL Brasil. Esta operação é remunerada com juros anuais de 17,5% a.a., mais variação anual do IGP-M, e está sendo amortizada através de parcelas mensais, no valor correspondente à transação de compra de energia. Em 20 de dezembro de 2006, a Companhia adquiriu 500.000 (quinhentas mil) debêntures nominativas não conversíveis em ações de emissão da Camargo Corrêa S.A., remuneradas a 3,3% a.a., a título de spread, acrescido de TJLP com prazo de vencimento em dezembro de 2017.

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Circulante						
Antecipações de Contribuição Social - CSLL	-	-	-	267	2.098	6.722
Antecipações de Imposto de Renda - IRPJ	-	-	-	587	5.008	1.540
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	-	-	-	2.954	3.951	3.999
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	943	819	15.235	10.890	11.825	34.641
IRRF sobre Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	8.711	8.479	7
ICMS a Compensar	-	-	-	18.356	12.367	11.257
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	984	1.164	944
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	-	3.424	3.081	3.113
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	-	560	286	268
Outros	-	-	-	3.535	1.820	1.750
Total	943	819	15.235	50.268	50.079	64.241
Não Circulante						
Contribuição Social a Compensar - CSLL	-	-	-	8.277	7.685	7.607
Imposto de Renda a Compensar - IRPJ	-	-	-	256	256	947
Programa de Integração Social - PIS	-	-	-	712	714	776
ICMS a Compensar	-	-	-	25.907	19.012	19.540
Outros	-	-	-	360	1.343	419
Total	-	-	-	35.512	29.010	29.289

Contribuição Social a Compensar - No não circulante, o saldo refere-se basicamente à decisão favorável em ação judicial movida pela controlada indireta CPFL Paulista, transitada em julgado. A controlada indireta CPFL Paulista está aguardando o trâmite dos procedimentos administrativos de habilitação do crédito junto à Receita Federal, para realizar a compensação do crédito.

ICMS a Compensar - Refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de ativo permanente.

10. CRÉDITOS E DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1- Composição dos Créditos e Débitos Fiscais:

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Crédito de Contribuição Social			
Bases Negativas	13.238	13.366	10.780
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	44.018	48.980	48.980
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	(3.173)	(1.010)	(16.369)
Subtotal	54.083	61.336	82.599
Crédito de Imposto de Renda			
Prejuízos Fiscais	36.763	33.938	26.118
Benefício Fiscal do Ágio Incorporado	149.163	164.412	187.193
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	(8.591)	(2.839)	(49.819)
Subtotal	177.335	195.511	263.130
Crédito de PIS e COFINS			
Diferenças Temporariamente Indedutíveis	20	572	21.689
Total	231.438	257.419	367.418
Total Crédito Fiscal	302.418	329.667	443.960
Total Débito Fiscal	(70.980)	(72.248)	(67.543)

10.2 - Benefício Fiscal do Ágio Incorporado:

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização dos ágios incorporados que o originaram, conforme o lucro líquido projetado das controladas indiretas durante o prazo remanescente da concessão, demonstrado na nota 16.

	Consolidado					
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
CPFL Paulista	24.170	67.138	26.576	73.822	31.630	87.860
CPFL Piratininga	5.436	18.655	5.945	20.400	7.042	24.162
RGE	10.507	43.392	11.369	46.952	13.214	54.569
CPFL Santa Cruz	1.202	3.780	1.502	4.723	1.985	6.240
CPFL Leste Paulista	670	2.041	884	2.456	477	1.326
CPFL Sul Paulista	963	3.005	1.286	3.572	467	1.298
CPFL Jaguará	589	1.789	775	2.155	446	1.240
CPFL Mococa	372	1.157	504	1.399	189	526
CPFL Geração	-	7.890	-	8.551	-	9.972
CPFL Serviços	109	316	139	382	-	-
Total	44.018	149.163	48.980	164.412	55.450	187.193

14.1 - Participações Societárias Permanentes por Equivalência Patrimonial:

	31/12/2010			31/12/2009		
	Quantidade (mil) de Ações	Total do Ativo	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	
Investimento						
CPFL Energia S.A.	122.949	20.056.805	4.793.424	6.493.708	1.538.281	
Cia de Concessões Rodoviárias	7.767	12.767.531	2.025.342	3.108.718	671.722	

Em 31 de dezembro de 2010, o valor nominal das ações ordinárias da PCFL Energia S.A. e da Cia. Concessões Rodoviária na BOVESPA era de R\$41,20 e R\$ 46,90, respectivamente, portanto, o valor justo dos investimentos da Companhia eram de R\$ 5.065.499 e R\$ 364.272.

14.2 - Juros sobre o Capital Próprio ("JCP") e Dividendos a receber:

No exercício de 2010, a Companhia recebeu o montante de R\$ 380.695 referente aos dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados.

14.3 - Mais-Valia de Ativos e Ágio

A mais-valia de ativos refere-se basicamente ao direito de explorar a concessão adquirida através de combinações de negócios. O ágio refere-se basicamente à aquisição de investimentos que estão suportados pela perspectiva de rentabilidade futura.

Nas demonstrações financeiras consolidadas estes valores foram reclassificados para o grupo de Intangível, cujo detalhamento está na nota 16.

10.3 - Saldos Acumulados sobre Diferenças Temporariamente Indedutíveis:

	Consolidado			01/01/2009		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Diferenças Temporariamente Indedutíveis:						
Provisão para Contingências	4.701	13.028	-	5.606	15.488	-
Revisão Tarifária	-	-	-	-	-	-
- Base de Remuneração	-	-	-	-	-	785
Entidade de Previdência Privada	780	2.421	-	1.050	3.171	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.898	5.373	-	1.893	5.361	-
Provisão Energia Livre	953	2.648	-	617	1.715	-
Programas de P&D e Eficiência Energética	3.853	10.703	-	4.288	11.907	-
Participação nos Lucros e Resultados	597	1.830	-	509	1.606	-
Diferença de Taxas de Depreciação - Reavaliação	2.378	6.605	-	2.536	7.044	-
Instrumentos Financeiros (IFRS/IFPC)	159	408	-	213	578	-
Registro da Concessão - Ajuste do Intangível (IFRS/IFPC)	(1.604)	(4.455)	-	(1.031)	(2.865)	-
Estorno de Ativos e Passivos Regulatórios (IFRS/IFPC)	(275)	(774)	(358)	400	1.111	412
Perdas Atuariais na Transição de Práticas Contábeis (IFRS/IFPC)	6.908	19.190	-	6.672	18.533	-
Outros Ajustes Mudanças de Práticas	16	44	-	3	9	121
Outros	3.168	8.570	378	1.635	4.062	39
Diferenças Temporariamente Indedutíveis - Resultado de Avaliação Patrimonial	(6.475)	(17.987)	-	(4.616)	(12.823)	-
Registro da Concessão - Ajuste do Financeiro (IFRS/IFPC)	(6.475)	(17.987)	-	(4.616)	(12.823)	-
Ativo Imobilizado - Ajustes Custo Atribuído (IFRS/IFPC)	(20.230)	(56.195)	-	(20.785)	(57.736)	-
Total	(3.173)	(8.591)	20	(1.010)	(2.839)	572

10.4 Previsões de Recuperação

	Consolidado		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
Expectativa de Recuperação			
2011			49.467
2012			23.957
2013			21.895
2014			15.890
2015			15.038
2016 A 2018			33.428
2019 A 2021			22.473
2022 A 2024			12.378
2025 A 2027			31.733
2028 A 2030			5.179
Total	(3.173)	(8.591)	231.438

10.5 - Reconciliação dos montantes de Contribuição Social e Imposto de Renda registrados nos Resultados dos Exercícios de 2010 e 2009:

	2010		2009	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro Antes dos Tributos	349.256	349.256	488.810	488.810
Ajustes para Refletir a Alíquota Efetiva:				
- Equivalência Patrimonial	(405.163)	(405.163)	(430.182)	(430.182)
- Amortização de Intangível Adquirido	-	14.931	-	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. IMOBILIZADO

	Consolidado							
	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Em Curso	Total
Saldo em 01/01/2009	14.238	271.965	354.493	466.295	669	1.404	201.738	1.310.802
Custo Histórico	14.238	330.507	417.708	631.742	1.080	2.128	201.740	1.599.143
Depreciação Acumulada	-	(58.542)	(63.216)	(165.448)	(411)	(724)	-	(288.341)
Adições	488	1.258	1.660	925	277	70	164.514	169.192
Baixas	-	-	-	(164)	(29)	(153)	(4)	(350)
Transferências	387	313	7.939	7.166	21	333	(16.159)	-
Depreciação	(306)	(8.474)	(11.596)	(18.301)	(362)	(51)	-	(39.090)
Varição de Participação	(1.140)	(21.783)	(28.393)	(37.345)	(54)	(111)	(16.158)	(104.984)
Saldo em 31/12/2009	13.667	243.279	324.102	418.575	522	1.492	333.933	1.335.570
Custo Histórico	13.973	305.606	393.852	589.095	1.262	2.230	333.933	1.639.950
Depreciação Acumulada	(306)	(62.327)	(69.750)	(170.520)	(740)	(737)	-	(304.380)
Adições	-	984	887	(3.368)	372	522	192.752	192.149
Baixas	(12)	-	-	(3.963)	(91)	(9)	(3)	(4.078)
Transferências	32.782	157.767	33.796	96.219	216	1.328	(322.108)	-
Depreciação	(305)	(9.612)	(12.606)	(18.586)	(200)	(242)	-	(41.551)
Varição de Participação	(35)	(620)	(824)	(1.067)	(1)	(4)	(852)	(3.403)
Saldo em 31/12/2010	46.097	391.798	345.355	487.810	818	3.087	203.722	1.478.687
Custo Histórico	46.707	463.578	427.532	676.482	1.757	4.066	203.722	1.823.843
Depreciação Acumulada	(610)	(71.780)	(82.177)	(188.672)	(939)	(979)	-	(345.156)
Taxa Média de Depreciação	-	2,36%	3,86%	3,11%	20,00%	10,00%	-	-

Conforme mencionado no item 3.4, os ativos adquiridos não recentemente foram avaliados na data de transição pelo custo atribuído ("deemed cost"), enquanto que os ativos das usinas recentemente construídas estão registrados ao custo de aquisição, que na avaliação da Administração estão próximos dos respectivos valores de mercado. Os ativos imobilizados foram avaliados ao seu respectivo valor de mercado, com base em laudo de avaliação preparado por empresa de engenharia independente especializada em avaliação patrimonial. A mais valia no montante de R\$ 279.330 foi apurada para a data-base 1º de janeiro de 2009 e registrada no patrimônio líquido na conta de Reserva de avaliação patrimonial. A amortização desta mais valia, calculada com base na vida útil remanescente dos bens, que impactou o resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 foi de R\$ 10.121 e R\$ 10.133.

Imobilizado em Curso - O saldo de imobilizado em curso no consolidado refere-se principalmente a obras em andamento das controladas indiretas operacionais e/ou em desenvolvimento, com destaque para os projetos de geração EPASA e Foz do Chapeco com imobilizado total de R\$ 630.616 e R\$ 295.673 (R\$ 82.185 e R\$ 38.533 proporcionais à participação da controlada indireta CPFL Geração).

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas indiretas para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção. No consolidado, para o ano de 2010 foram capitalizados R\$ 21.680 (R\$ 14.374 em 2009). Para maiores detalhes sobre os ativos em construção e as respectivas taxas de captações dos empréstimos, vide notas 1, 18 e 19.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos: Para todos os períodos apresentados, a controlada CPFL energia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

16. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Ágio	1.547	-	1.547	1.037	-
Intangível - Direito de Concessões:					
Adquirido em Combinações de Negócios	842.430	(429.722)	412.708	441.308	526.482
Infra-estrutura de Distribuição - Em Serviço	2.101.207	(1.248.792)	852.415	737.660	780.423
Infra-estrutura de Distribuição - Em Curso	177.431	-	177.431	133.513	107.958
Uso do Bem Público	104.077	(2.378)	101.699	100.483	110.075
Outros Ativos Intangíveis	41.732	(13.950)	27.782	20.680	22.515
Total de Ativos Intangíveis	3.268.424	(1.694.842)	1.573.582	1.434.681	1.547.453
Custo Histórico	3.271.292	-	3.271.292	3.132.231	-
Amortização Acumulada	-	(1.697.710)	(1.697.710)	(1.574.587)	(1.584.778)
			1.573.582	1.434.681	1.547.453

16.2 Movimentação do Ativo Intangível:

As movimentações do ativo intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009 são como segue:

	Controladora				
	Outros Ativos Intangíveis	Ágio	Valor Líquido	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativo Intangível em 01/01/2009	47	-	-	-	-
Adições	-	1.037	1.037	-	-
Amortização	(8)	-	(8)	-	-
Transferência - Intangíveis	-	-	-	-	-
Transferência - Ativo Financeiro	-	-	-	-	-
Transferência - Outros Ativos	-	-	-	-	-
Varição de Participação	-	-	(11.763)	(11.763)	-
Ativo Intangível em 31/12/2009	39	1.037	441.308	441.308	441.308
Adições	(8)	513	9.784	9.784	-
Amortização	-	-	(37.131)	(37.131)	-
Transferência - Intangíveis	-	-	-	-	-
Transferência - Ativo Financeiro	-	-	-	-	-
Transferência - Outros Ativos	-	-	174	174	-
Varição de Participação	-	(3)	(1.427)	(1.427)	-
Ativo Intangível em 31/12/2010	31	1.547	412.708	412.708	412.708

Em conformidade com o CPC 20, os juros referentes aos empréstimos tomados pelas controladas indiretas são capitalizados para os ativos intangíveis qualificáveis. No consolidado, para o ano de 2010 foram capitalizados R\$ 12.291 (R\$ 7.385 em 2009) a uma taxa de 7,9% a.a. (6,3% a.a. em 2009).

16.3 Teste de Redução ao Valor Recuperável

Para todos os períodos apresentados, a controlada CPFL Energia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

Para fins de análise de recuperação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (incluindo o ágio), a controlada CPFL Energia utilizou o método do valor em uso para avaliar o valor recuperável de cada UGCs. Desta forma, os respectivos fluxos de caixa foram elaborados através da avaliação da Administração sobre as tendências futuras no setor elétrico, baseados tanto em fontes externas como em dados históricos.

O resultado de tal avaliação para todos os períodos apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

18. ENCARGOS DE DÍVIDAS, EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2010				Consolidado				31/12/2009				01/01/2009			
	Encargos - Circulante e Não Circulante	Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Circulante	Principal Não Circulante	Total	Encargos - Circulante e Não Circulante	Circulante	Principal Não Circulante	Total
VBC Energia																
Mensuradas ao Custo Moeda Nacional																
BNDES - Empréstimo	27.257	185.232	679.183	891.672	32.853				185.232		864.414	1.082.499	39.179	185.003	1.048.349	1.272.531
Mensuradas ao custo Moeda Nacional																
BNDES - Repotenciação	14	1.288	2.172	3.474	22				1.876	3.468	5.366	36	2.815	5.812	8.663	
BNDES - Investimento	2.171	84.326	770.795	857.292	2.870				92.972	634.390	730.232	10.254	71.926	632.671	714.851	
BNDES - Ativo Regulatório	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-	-	-	
BNDES - Outros	263	18.430	37.414	56.107	13				169	1.442	1.624	8	54	935	997	
BNDES - Capital de Giro	-	-	-	-	-				-	-	-	-	-	-	-	
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	-	-	-	97				11.792	-	11.889	322	26.086	13.043	39.451	
Instituições Financeiras	12.848	36.957	320.780	370.585	2.666				49.897	42.029	94.592	1.460	14.727	58.224	74.411	
Outros	147	5.963	8.812	14.922	142				5.681	7.863	13.686	142	7.942	10.255	18.339	
Subtotal	15.443	146.964	1.139.973	1.302.380	5.810	162.387	689.192	857.389	162.387	689.192	857.389	12.222	123.550	720.940	856.712	
Moeda Estrangeira																
BID	-	-	-	-	67				936	13.163	14.166	151	1.253	20.570	21.974	
Instituições Financeiras	110	958	10.413	11.481	139				1.004	11.914	13.057	240	1.670	18.846	20.756	
Subtotal	110	958	10.413	11.481	206	1.940	25.077	27.223	1.940	25.077	27.223	391	2.923	39.416	42.730	
Total ao Custo	42.810	333.154	1.829.569	2.205.533	38.869	349.559	1.578.683	1.967.111	349.559	1.578.683	1.967.111	51.792	311.476	1.808.705	2.171.973	
Mensuradas ao Valor Justo Moeda Estrangeira																
Instituições Financeiras	2.248	-	106.311	108.559	17.064				22.414	241.077	280.555	16.385	28.428	377.620	422.433	
Total	2.248	-	106.311	108.559	17.064	22.414	241.077	280.555	22.414	241.077	280.555	16.385	28.428	377.620	422.433	
Total	45.058	333.154	1.935.880	2.314.092	55.933	371.973	1.819.760	2.247.666	371.973	1.819.760	2.247.666	68.177	339.904	2.186.325	2.594.406	

	31/12/2010				31/12/2009			
	BNDES - Empréstimo	BNDES - Repotenciação	BNDES/BNB - Investimento	Remuneração anual	BNDES - Empréstimo	BNDES - Repotenciação	BNDES/BNB - Investimento	Remuneração anual
VBC Energia S.A.	891.672	1.082.499	1.272.531	TJLP + 2,5% a.a.				
CPFL Geração	3.474	5.341	8.532	TJLP + 3,1% a 4,3%				
CPFL Geração	-	25	131	UMBND + 4,0%				
CPFL Paulista - FINEM II	-	16.308	35.413	TJLP + 5,4%				
CPFL Paulista - FINEM III	20.625	27.570	37.418	TJLP + 3,3%				
CPFL Paulista - FINEM IV	65.564	60.800	27.988	TJLP + 3,28% a 3,4%				
CPFL Paulista - FINEM V	25.056	-	-	TJLP + 2,12% a 3,3%				
CPFL Paulista - FINEM V	8.978	-	-	Pré-fixado 5,5% a 8,0%				
CPFL Paulista - FINAME	9.216	-	-	Pré-fixado 4,5%				
CPFL Piratininga - FINEM I	-	6.072	13.187	TJLP + 5,4%				
CPFL Piratininga - FINEM II	12.252	16.378	22.228	TJLP + 3,3%				
CPFL Piratininga - FINEM III	27.328	26.897	15.253	TJLP + 3,28% a 3,4%				
CPFL Piratininga - FINEM IV	14.080	-	-	TJLP + 2,12% a 3,3%				
CPFL Piratininga - FINEM IV	3.343	-	-	Pré-fixado 5,5% a 8,0%				
CPFL Piratininga - FINAME	5.853	-	-	Pré-fixado 4,5%				
RGE - FINEM III	11.463	17.238	24.955	TJLP + 5,0%				
RGE - FINEM IV	41.735	44.430	26.870	TJLP + 3,28 a 3,4%				
RGE - FINEM V	15.324	-	-	TJLP + 2,12 a 3,3% a.a.				
RGE - FINEM V	2.481	-	-	5,5% a.a. Pré fixado				
RGE - FINAME	1.241	-	-	Pré fixado 4,5%				
CPFL Santa Cruz	2.679	578	634	TJLP + 2,9%				
CPFL Mococa	1.399	773	839	TJLP + 2,				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda Nacional	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Remuneração anual	Condições de Amortização	Garantias
BNDES - Outros						
CPFL Brasil - Bens de Renda	1.734	1.624	997	TJLP + de 1,94% a 2,5%	36 parcelas mensais a partir de maio de 2009	Vinculado ao bem adquirido
CPFL Piratininga - Capital de Giro	26.998	-	-	TJLP + 5,0% (2)	32 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Não existem garantias
CPFL Geração - FINEM						
- Capital de Giro	13.603	-	-	TJLP + 4,95%	24 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração - FINAME						
- Capital de Giro	13.772	-	-	TJLP + 4,95% (3)	23 parcelas mensais a partir de fevereiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Furnas Centrais Elétricas S.A.						
CPFL Geração	-	11.889	39.451	IGP-M + 10%	24 parcelas mensais a partir de junho de 2008	Energia produzida pela Usina
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
Banco do Brasil - Lei 8.727	8.912	10.072	13.242	IGP-M + 7,42%	240 parcelas mensais a partir de maio de 1994	Arrecadação de recebíveis
Banco do Brasil	26.803	-	-	107% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança da CPFL Energia
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	51.011	-	-	98,50% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Piratininga						
Banco Alfa	-	12.814	-	105,1% do CDI	Parcela única em janeiro de 2010	Não existem garantias
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	4.692	-	-	98,5% do CDI	4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
RGE						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	60.519	-	-	98,5% do CDI	2 e 4 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Brasil						
FINEP	941	-	-	5% Pré-fixada	81 parcelas mensais a partir de agosto de 2011	Recebíveis
CPFL Santa Cruz						
HSBC	11.552	10.439	10.214	CDI + 1,10%	Parcela única em junho de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	4.175	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Sul Paulista						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	2.583	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Leste Paulista						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	4.293	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Mococa						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	2.166	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Jaguarí						
Banco do Brasil - Crédito Rural (*)	456	-	-	98,5% do CDI	2 parcelas anuais a partir de julho de 2012	Aval da CPFL Energia
CPFL Geração						
Banco Itaú BBA	26.415	26.324	28.309	106,0% do CDI	Parcela única em março de 2011	Aval da CPFL Energia
Banco Alfa	-	-	-	105,1% do CDI	Parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil	160.333	-	-	107,0% do CDI	Parcela única em abril de 2015	Fiança CPFL Energia
Banco Alfa	-	25.487	-	105,1% do CDI	parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
CERAN						
Banco Bradesco	-	9.457	22.645	CDI + 2%	24 parcelas mensais a partir de novembro de 2008	Não existem garantias
Banco Bradesco	5.734	-	-	CDI + 1,75%	Parcela única em abril de 2012	Não existem garantias
Outros						
Eletrobrás						
CPFL Paulista	2.647	2.216	2.475	RGR + 6,0% a 9,0%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Piratininga	236	363	530	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2016	Recebíveis e Notas Promissórias
RGE	4.624	3.099	3.150	RGR + 6%	Parcelas mensais até junho de 2020	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Santa Cruz	1.009	1.194	1.534	RGR + 6%	Parcelas mensais até abril de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Leste Paulista	280	259	316	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Sul Paulista	469	456	472	RGR + 6%	Parcelas mensais até julho de 2018	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Jaguarí	28	8	10	RGR + 6%	Parcelas mensais até maio de 2017	Recebíveis e Notas Promissórias
CPFL Mococa	106	73	89	RGR + 6%	Parcelas mensais até fevereiro de 2022	Recebíveis e Notas Promissórias
Outros	5.525	6.018	9.762			
Subtotal Moeda Nacional - Custo	2.194.052	1.939.888	2.129.243			
Moeda Estrangeira						
BID - Enercan	-	14.165	21.974	US\$ + Libor + 3,5%	49 parcelas trimestrais a partir de junho de 2007	Aval da CPFL Energia
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista (5)						
Debt Conversion Bond	762	1.334	2.731	US\$ + Libor	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
New Money Bond	-	-	103	6 meses + 0,875% US\$ + Libor		
FLIRB	-	-	104	6 meses + 0,875% US\$ + Libor	17 parcelas semestrais a partir de abril de 2001	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
C-Bond	1.609	2.168	3.866	6 meses + 0,8125% US\$ + 8%	14 parcelas semestrais a partir de abril de 2003	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
Discount Bond	3.723	3.910	5.718	US\$ + Libor	21 parcelas semestrais a partir de abril de 2004	Vinculação de Receitas Aval Governo SP
PAR-Bond	5.387	5.646	8.234	6 meses + 0,8125% US\$ + 6%	Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
Subtotal Moeda Estrangeira - Custo	11.481	27.223	42.730		Parcela única em abril de 2024	Depósito em garantia e receitas Aval Governo SP
Total Mensurados ao Custo	2.205.533	1.967.111	2.171.973			
Moeda Estrangeira						
Mensuradas ao Valor Justo						
Instituições Financeiras						
CPFL Paulista						
Banco do Brasil	-	25.935	36.604	Yen + 5,7778%	Parcela única em janeiro de 2011	Não existem garantias
Banco ABN AMRO Real	108.559	98.882	136.540	Yen + 1,49% (4)	Parcela única em janeiro de 2012	Não existem garantias
CPFL Piratininga						
Banco BNP Paribas	-	-	16.862	US\$ + 4,10%	Parcela única em fevereiro de 2009	Notas Promissórias
RGE						
Banco do Brasil	-	-	13.002	103,5% CDI	Parcela única em setembro de 2009	Não existem garantias
CPFL Geração						
Banco do Brasil	-	25.960	36.640	Yen + 5,8%	Parcela única em abril de 2010	Aval da CPFL Energia
Banco do Brasil	-	129.778	182.785	Yen + 2,5% a 5,8%	Parcela única em janeiro de 2011	Aval da CPFL Energia
Total Moeda Estrangeira						
- Valor Justo	108.559	280.555	422.433			
Total Consolidado	2.314.092	2.247.666	2.594.406			

A controlada CPFL Energia e suas controladas possuem swap convertendo o custo da operação de variação de moeda para variação taxa de juros em reais, correspondente a: (1) 160,5% do CDI; (2) 106,5% do CDI; (3) 106,0% do CDI; (4) 104,98% do CDI; (5) Dada a existência de ativos indexados em dólar, consta um swap parcial no montante de R\$ 21.221 convertendo a variação da moeda para 105,95% do CDI. (*) Taxa efetiva: 98,5% CDI + 2,88% a.a. (CPFL Paulista e CPFL Piratininga) e 98,5% CDI + 2,5% a.a. (RGE).

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, em consonância com os CPCs 38 e 39 (Instrumentos Financeiros), classificaram suas dívidas como (i) passivos financeiros não mensurados ao valor justo (ou mensuradas ao custo), e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente. Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da dívida designada ao valor justo totalizava R\$ 108.559 (R\$ 280.555 em 31 de dezembro de 2009), enquanto que o valor correspondente ao custo era de R\$ 109.828 (R\$ 281.841 em 31 de dezembro de 2009).

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da controlada CPFL Energia e de suas controladas indiretas. Os ganhos obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas no montante de R\$ 1.272 (ganho de R\$ 1.285 em 2009) estão sendo compensados pelos efeitos de R\$ 1.943 (R\$ 3.184 em 2009) obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos, contratados para proteção da variação cambial (nota 35), gerando uma perda líquida acumulada de R\$ 675 (R\$ 1.899 em 2009).

Principais Captações no Período:

Moeda Nacional
BNDES - Investimento:
- FINEM IV (CPFL Paulista) - A controlada indireta obteve financiamento junto ao BNDES em 2008, no montante de R\$ 345.990 (R\$ 96.357 na proporção da Companhia), que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. Nesse exercício houve liberação de R\$ 72.761 (R\$ 18.593 na proporção da Companhia) e o saldo remanescente de R\$ 37.101 (R\$9.481 na proporção da Companhia) foi cancelado.
- FINEM V (CPFL Paulista) - A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 291.043 (R\$ 74.373 na proporção da Companhia) que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste exercício, a controlada indireta recebeu o montante de R\$ 133.072 (R\$ 34.005 na proporção da Companhia) e o saldo remanescente de R\$ 157.971 (R\$ 40.368 na proporção da Companhia) está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011.
- FINEM IV (CPFL Piratininga) - A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 165.621 (R\$ 42.322 na proporção da Companhia), que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicada na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste exercício a controlada indireta recebeu o montante de R\$ 68.120 (R\$ 17.407 na proporção da Companhia), e o saldo remanescente de R\$ 97.501 (R\$ 24.915 na proporção da Companhia) está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização.
- FINEM V (RGE) - A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2010, no montante de R\$ 167.861 (R\$ 42.895 na proporção da Companhia), que faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na implementação do plano de investimento para o 2º semestre de 2010 e do ano de 2011. Neste exercício, recebeu o montante de R\$ 69.616 (R\$ 17.790 na proporção da Companhia) e o saldo remanescente de R\$ 98.245 (R\$ 25.105 na proporção da Companhia) está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011.
- FINAME (CPFL Paulista) - A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 92.183 (R\$ 23.616 na proporção da Companhia), que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2010, a controlada indireta recebeu o montante de R\$ 36.014 (R\$ 9.226 na proporção da Companhia) e o saldo remanescente de R\$ 56.169 (R\$ 14.353 na proporção da Companhia) está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente.

- FINAME (CPFL Piratininga) - A controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES em 2009, no montante de R\$ 48.116 (R\$ 12.327 na proporção da Companhia), que faz parte de uma linha de crédito do FINAME, a ser aplicado na aquisição de equipamentos do Sistema Elétrico em 2010 e 2011. Em 2010, recebeu o montante de R\$ 22.860 (R\$ 5.842 na proporção da Companhia) e o saldo remanescente de R\$ 25.257 (R\$ 6.454 na proporção da Companhia) está previsto para ser liberado até o término do exercício de 2011. Os juros serão pagos trimestralmente e a partir de 15 de janeiro de 2012 as amortizações serão efetuadas mensalmente. Não há condições restritivas.

- FINEM/FINAME (Bioenergia) - Em 2009 a controlada indireta obteve a aprovação de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$ 75.297 (R\$ 19.290 na proporção da Companhia), sendo de FINEM o montante de R\$ 37.491 (R\$ 9.605 na proporção da Companhia) e de FINAME o montante de R\$ 37.806 (R\$ 9.686 na proporção da Companhia), destinado à construção da UTE. Em 2010 foi liberado o saldo remanescente de R\$ 29.805 (R\$ 7.616 na proporção da Companhia), sendo R\$ 22.250 (R\$ 5.686 na proporção da Companhia) de FINEM e R\$ 7.555 (R\$ 1.930 na proporção da Companhia) de FINAME. Os juros estão sendo capitalizados durante o período de carência e serão pagos, juntamente com a parcela de principal mensalmente a partir de junho de 2011.

- Investimento (CPFL Geração) - Em 2010 a controlada CPFL Energia obteve aprovação de financiamento junto ao BNDES, no montante de R\$ 574.098 (R\$ 146.704 na proporção da Companhia), na modalidade FINEM, que será destinado para as controladas indiretas Santa Clara I a VI e Eurus VI que visa a construção e implantação do complexo edílico com capacidade instalada total de 188 MW, localizados no município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte. Em 2010 foi liberado o montante de R\$ 75.538 (R\$ 19.303 na proporção da Companhia).

- Investimento (Foz do Chapecó) - A controlada indireta obteve financiamento junto ao BNDES, em 2007, no montante de R\$ 1.633.155 (R\$ 832.909 proporcional à participação da controlada indireta CPFL Geração), para ser aplicado no financiamento das obras de construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Em 2010 houve liberação de R\$ 249.841 (R\$ 127.419 proporcional à participação da controlada indireta CPFL Geração) destinado a conclusão da construção do Aproveitamento Hidrelétrico Foz do Chapecó. Os juros e principal serão pagos mensalmente a partir de outubro de 2011.

- BNB - Investimento (EPASA) - Em dezembro de 2009 a controlada indireta assinou um contrato de financiamento junto Banco do Nordeste do Brasil - BNB no valor de R\$ 214.278 (R\$ 109.282 proporcional à participação da controlada CPFL Energia), destinado a construção das UTE's Termonordeste e Termonordeste. Em 2010 ocorreu a liberação do montante de R\$ 190.439 (R\$ 97.124 proporcional à participação da controlada CPFL Energia), sendo que a liberação da parcela restante está condicionada a comprovação física e financeira dos recursos obtidos. Os juros serão pagos trimestralmente até dezembro de 2012 e mensalmente a partir de janeiro de 2013. Não existem cláusulas restritivas previstas para este contrato de financiamento.

BNDES - Outros:
- Capital de Giro (CPFL Piratininga) - A controlada indireta obteve financiamento junto ao BNDES, em 2010, no montante de R\$ 100.000 (R\$ 25.554 na proporção da Companhia), sendo duas parcelas de R\$ 50.000 que faz parte de uma linha de crédito de repasse do BNDES, junto ao Banco Bradesco, com a finalidade de reforço de caixa. Os juros serão capitalizados mensalmente durante o período de carência, que será até 15 de fevereiro de 2011 e 17 de outubro de 2011, e serão pagos mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, em 24 parcelas a partir de 15 de fevereiro de 2011 e 17 de outubro de 2011, respectivamente. Não há condições restritivas.
- Capital de Giro (CPFL Geração) - A controlada indireta obteve financiamento junto ao BNDES, em 2010, no montante de R\$ 100.000 (R\$ 25.554 na proporção da Companhia), sendo duas parcelas de R\$ 50.000, que faz parte de uma linha de crédito de repasse do BNDES, junto ao Banco do Brasil, com a finalidade de reforço de caixa. Os juros serão capitalizados mensalmente durante o período de carência, que será até 15 de fevereiro de 2011 e 17 de outubro de 2011 e serão

pagos mensalmente, juntamente com as parcelas do principal, em 24 parcelas a partir de 15 de fevereiro de 2011 e 17 de julho de 2011, respectivamente. Não há condições restritivas.

Instituições Financeiras:
- Banco do Brasil - Crédito Rural (CPFL Paulista, CPFL Piratininga, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Leste Paulista, CPFL Mococa, CPFL Jaguarí e CPFL Sul Paulista) - As controladas indiretas obtiveram a aprovação de financiamento na modalidade de crédito rural com liberação no valor total de R\$ 499.800 (R\$ 435.849 líquida dos gastos de emissão), para cobertura de capital de giro. Os juros serão capitalizados mensalmente e amortizados juntamente com as parcelas do principal.
- CPFL Paulista e CPFL Geração - Em 2010, as controladas indiretas CPFL Paulista e CPFL Geração novaram dívidas detidas junto ao Banco do Brasil. Estas novações tiveram como objetivo alongar o prazo de vencimento destes empréstimos resultando também em alterações dos indexadores, passando a serem atreladas ao CDI. Os juros serão pagos semestralmente com vencimento a partir de outubro de 2010.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos de longo prazo, considerando somente os respectivos valores registrados ao custo, têm vencimentos assim programados:

Vencimento	Controladora	Consolidado
2012	185.232	483.300
2013	185.232	351.310
2014	308.719	427.131
2015	-	266.955
2016	-	63.009
Após 2016	-	345.444
Subtotal	679.183	1.937.149
Marcação a Mercado	-	(1.269)
	679.183	1.935.880

Total
Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos de conversão dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada em %			% da dívida		
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009
IGP-M	11,32	(1,71)	9,81	0,66	1,70	3,30
UMBNDDES	0,72	(25,66)	33,86	1,46	2,63	4,37
TJLP	6,00	6,13	6,25	63,99	67,05	60,89
CDI	9,71	9,88	12,38	29,13	27,17	30,29
SELIC	9,91	12,48	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
	100,00	100,00	100,00	4,76	1,45	1,15

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

BNDES:
O financiamento da Companhia junto ao BNDES possui como cláusula restritiva a manutenção da relação entre o capital próprio e capital de terceiros, apurada nas demonstrações financeiras semestrais de junho e dezembro de cada ano, de, no mínimo, 40% e 60%, respectivamente.
Os financiamentos junto ao BNDES restringem as controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e RGE: (i) a somente realizarem o pagamento de Dividendo e Juros sobre Capital Próprio, cujo somatório exceda o dividendo mínimo obrigatório previsto em lei após a aprovação do BNDES e do banco líder da operação; (ii) ao atendimento integral das obrigações restritivas estabelecidas no contrato; e (iii) à manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- CPFL Paulista**
 - Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA - valor máximo de 3,0;
 - Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,90.
- CPFL Piratininga**
 - Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA - valor máximo de 2,5;
 - Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e o Patrimônio Líquido - valor máximo 0,80.
- RGE**
 - Endividamento financeiro líquido dividido pelo EBITDA, valor máximo de 2,5;
 - Endividamento financeiro líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e Patrimônio Líquido - valor máximo de 0,5.

CPFL Geração
Os empréstimos captados junto ao BNDES pela controlada indireta CERAN e pelas controladas indiretas em conjunto ENERCAN, BAESA e Foz do Chapecó, determinam restrições ao pagamento de dividendos à controlada indireta CPFL Geração acima do mínimo obrigatório de 25% sem a prévia anuência do BNDES. Para o empréstimo da controlada indireta CPFL Bioenergia junto ao BNDES, está determinado em contrato que a control



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2010				Consolidado				01/01/2009			
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total
RGE												
2º Emissão												
1ª Série	516	7.250	-	7.766	418	-	6.712	7.130	566	530	7.297	8.393
2ª Série	-	-	-	-	-	-	-	-	1.966	56.758	-	58.724
3º Emissão												
1ª Série	240	8.518	17.036	25.794	190	-	25.619	25.809	309	-	27.850	28.159
2ª Série	1.973	11.925	23.850	37.748	1.649	-	35.867	37.516	2.693	-	38.990	41.683
3ª Série	466	3.407	6.814	10.687	382	-	10.248	10.630	638	-	11.140	11.778
4ª Série	341	4.259	8.518	13.118	283	-	13.118	13.093	477	-	13.925	14.402
5ª Série	341	4.259	8.518	13.118	283	-	13.118	13.093	477	-	13.925	14.402
4º Emissão												
Série Unica	2.717	47.178	-	49.895	2.244	-	47.089	49.333	-	-	-	-
Série Unica	6.594	86.796	64.736	158.126	5.449	-	151.155	156.604	7.126	57.288	113.127	177.541
CPFL Leste Paulista												
1º Emissão												
Série Unica	358	6.124	-	6.482	295	-	6.121	6.416	-	-	-	-
CPFL Sul Paulista												
1º Emissão												
Série Unica	237	4.083	-	4.320	195	-	4.083	4.278	-	-	-	-
CPFL Jaguarí												
1º Emissão												
Série Unica	149	2.551	-	2.700	123	-	2.549	2.672	-	-	-	-
CPFL Brasil												
1º Emissão												
Série Unica	2.439	42.094	-	44.533	2.014	-	42.072	44.086	-	-	-	-
CPFL Geração												
2º Emissão												
Série Unica	6.216	108.416	-	114.632	5.134	-	108.444	113.578	180	22.539	-	22.719
3º Emissão												
Série Unica	1.820	-	67.241	69.061	-	-	-	-	-	-	-	-
EPASA												
1º Emissão												
Série Unica	-	-	-	-	896	58.533	-	59.429	-	-	-	-
2º Emissão												
Série Unica	-	-	52.233	52.233	-	-	-	-	-	-	-	-
BAESA												
1ª Série	91	809	3.841	4.741	79	811	4.661	5.551	148	881	5.948	6.977
2ª Série	75	656	3.119	3.850	88	790	1.555	2.433	146	-	2.597	2.743
Enercan												
1ª Série	87	693	12.938	13.718	-	-	-	-	-	-	-	-
	253	2.158	19.898	22.309	167	1.601	6.216	7.984	294	881	8.545	9.720
	30.170	385.852	565.330	981.352	25.948	127.846	704.824	858.618	32.731	289.560	692.493	1.014.784

A controlada CPFL Energia e as controladas indiretas possuem swap convertendo o componente pré-fixado dos juros da operação para variação de taxa de juros em reais, correspondente a:
(1) 104,4% do CDI
(2) 105,07% do CDI

Remuneração
As remunerações das debêntures serão pagas semestralmente, exceto por: (i) 1ª série da controlada indireta em conjunto BAESA que será paga trimestralmente, (ii) 1ª emissão da controlada indireta CPFL Piratininga e 1ª série da 2ª emissão da controlada indireta RGE que será paga anualmente e (iii) 2ª emissão da controlada indireta em conjunto EPASA que será paga mensalmente (2012).
O saldo de Debêntures de longo prazo tem seus vencimentos assim programados:

Vencimento	Consolidado
2012	141.453
2013	198.664
2014	40.731
2015	174.123
2016	2.002
Após 2016	8.356
Total	565.329

CONDIÇÕES RESTRITIVAS

As Debêntures estão sujeitas a certas condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem da controlada CPFL Energia e suas controladas a manutenção de determinados índices financeiros em parâmetros pré-estabelecidos. Os principais índices são os seguintes:

- CPFL Energia**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,75;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;
- CPFL Paulista**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;
- CPFL Piratininga**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;
- RGE**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;
- CPFL Geração**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,5;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;
- CPFL Brasil**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;
- CPFL Jaguarí**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;
- CPFL Leste Paulista**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,0;
- CPFL Sul Paulista**
 - Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, menor ou igual a 3,0;
 - EBITDA dividido pelo Resultado Financeiro maior ou igual a 2,25;

BAESA
• Endividamento total - limite de 75% dos seus ativos totais.
Diversas debêntures das controladas em conjunto ou estão sujeitas à antecipação de seus vencimentos no caso de alterações na estrutura societária da controlada CPFL Energia ou na estrutura societária das controladas indiretas que impliquem na perda, por parte dos atuais acionistas da controlada CPFL Energia, do controle acionário ou do controle sobre a gestão da controlada CPFL Energia.
O não cumprimento das restrições mencionadas acima pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default).
No entendimento da Administração da controlada CPFL Energia e suas controladas indiretas e controladas indiretas em conjunto, tais condições restritivas e cláusulas vêm sendo adequadamente atendidas.

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As controladas indiretas CPFL Paulista, CPFL Piratininga e CPFL Geração, através da Fundação CESP, a controlada indireta RGE através da Fundação CEEE de Segurança Social - ELETROCEEE e Bradesco Vida e Previdência, a controlada indireta CPFL Santa Cruz através da BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e a controlada CPFL Jaguarí através da IHPREV Fundo de Pensão, mantêm Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensões para seus empregados.

20.1 - Características

- CPFL Paulista
Atualmente vigora, para os funcionários da controlada indireta CPFL Paulista um Plano de Benefício Misto, com as seguintes características:
a) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldaado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado ("BSPS"), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada indireta.
b) Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
• Os Benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada indireta.
• As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição definida que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada indireta.
Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, foi reconhecida uma obrigação pela controlada indireta referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 479.877 (R\$ 508.706 em 2009). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada indireta que se encontra em consonância com o CPC 33.
Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

- CPFL Piratininga
A controlada indireta CPFL Piratininga, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da controlada), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.
Em 02 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldaado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

a) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldaado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldaado (BSPS) na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da controlada indireta.
b) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a controlada indireta e os participantes.
c) Plano de Contribuição Definida - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a controlada indireta. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo Benefício Definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a controlada indireta. Em setembro de 1997, através de Instrumento Contratual de ajuste de reservas a amortizar, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (empresa antecessora da Bandeirante), referente ao déficit do plano apurado na época pelos atuários externos da Fundação CESP, a ser liquidada em 260 parcelas, que vem sendo amortizada mensalmente, acrescida de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 221 parcelas mensais e 18 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de maio de 2026. O saldo da obrigação em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 133.170 (R\$ 150.444 em 2009). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada indireta que se encontra em consonância com o CPC 33.
Para os gestores há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (Contribuição Definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

- RGE
Plano do tipo benefício definido com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado administrado pela ELETROCEEE. Este benefício é de direito somente para os empregados que tiveram os contratos de trabalho sub-rogados da CEEE para RGE. Para os colaboradores admitidos a partir de 1997, foi implantado em janeiro de 2006, o plano de previdência privada junto ao Bradesco Vida e Previdência.

- CPFL Santa Cruz

O plano de benefícios da controlada indireta CPFL Santa Cruz, administrado pelo BB Previdência - Fundo de Pensão do Banco do Brasil está estruturado na modalidade de contribuição definida.

- CPFL Jaguarí

Em dezembro de 2005, as companhias aderiram ao plano de previdência privada denominado CMSPREV, administrado pela IHPREV Fundo de Pensão. O plano está estruturado na modalidade de contribuição definida.

- CPFL Geração

Os funcionários da controlada indireta CPFL Geração participam do mesmo plano da controlada indireta CPFL Paulista.
Com a modificação do Plano Previdenciário em outubro de 1997, na época mantido pela CPFL Paulista, foi reconhecida uma obrigação a pagar pela controlada indireta CPFL Geração, referente ao déficit do plano apurado pelos atuários externos da Fundação CESP, a qual vem sendo amortizada em 260 parcelas mensais, acrescidas de juros de 6% a.a. e correção pelo IGP-DI (FGV). Através de Aditivo Contratual celebrado com a Fundação CESP em 17 de janeiro de 2008, os prazos de pagamento sofreram alteração para 238 parcelas mensais e 19 parcelas anuais, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2007, com vencimento final em 31 de outubro de 2027. O saldo da obrigação, em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 4.520 (R\$ 4.702 em 2009). O valor do contrato difere dos registros contábeis adotado pela controlada que se encontra em consonância com o CPC 33.

20.2 - Movimentações dos Planos de Benefício Definido

	31/12/2010					
	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
Valor Presente das Obrigações Atuariais	789.285	200.580	17.260	1.007.125	53.090	53.090
Valor Justo dos Ativos do Plano	(763.406)	(200.656)	(17.933)	(981.996)	(62.744)	(62.744)
Valor Presente das Obrigações (Valor Justo dos Ativos) Líquido	25.879	(76)	(673)	25.129	(9.654)	(9.654)
Ajustes por Diferimentos Permitidos	-	-	-	-	-	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	94.127	28.588	3.600	126.315	8.172	8.172
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	120.006	28.512	2.927	151.444	(1.482)	(1.482)
Reconhecido no Balanço	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
	758.867	194.889	16.447	970.203	46.784	46.784
	(669.122)	(173.387)	(14.083)	(856.592)	(54.407)	(54.407)
	89.745	21.502	2.364	113.611	(7.623)	(7.623)
Ajustes por Diferimentos Permitidos	-	-	-	-	-	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	61.846	14.868	1.166	77.880	5.132	5.132
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	151.591	36.370	3.530	191.491	(2.491)	(2.491)
Reconhecido no Balanço	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
	854.182	215.723	18.407	1.088.312	48.659	48.659
	(672.083)	(172.298)	(14.261)	(858.642)	(50.326)	(50.326)
	182.099	43.425	4.146	229.670	(1.667)	(1.667)
Ajustes por Diferimentos Permitidos	-	-	-	-	-	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	-	-	-	-	1.667	1.667
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	182.099	43.425	4.146	229.670	-	-
Reconhecido no Balanço	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
	854.182	215.723	18.407	1.088.312	48.659	48.659
	(672.083)	(172.298)	(14.261)	(858.642)	(50.326)	(50.326)
	182.099	43.425	4.146	229.670	(1.667)	(1.667)
Ajustes por Diferimentos Permitidos	-	-	-	-	-	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	-	-	-	-	1.667	1.667
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	182.099	43.425	4.146	229.670	-	-
Reconhecido no Balanço	CPFL Paulista	CPFL Piratininga	CPFL Geração	Total Passivo	RGE	Total Ativo
	854.182	215.723	18.407	1.088.312	48.659	48.659
	(672.083)	(172.298)	(14.261)	(858.642)	(50.326)	(50.326)
	182.099	43.425	4.146	229.670	(1.667)	(1.667)
Ajustes por Diferimentos Permitidos	-	-	-	-	-	-
Ganhos Atuariais não Reconhecidos	-	-	-	-	1.667	1.667
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido	18					



VBC ENERGIA S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 00.095.147/0001-02



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	GWh (*)		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Custo com Energia Elétrica				
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	863	794	50.803	15.233
PROINFA	289	245	46.713	43.477
Cia. de Geração de Energia Elétrica do Tietê	-	-	3	41
Duke Energy Inter. Ger. Parapanama S.A.	-	-	1	11
Enguia Gen	-	-	1	9
AE5 Uruguiana Ltda.	-	-	-	36
Outros	1.208	1.428	151.640	171.619
Energia Comprada no Ambiente de Contratação Livre - ACL	9.362	9.350	1.052.261	1.044.106
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)	4.030	4.145	368.977	374.756
Crédito de PIS e COFINS	13.392	13.495	1.421.238	1.418.862
	-	-	129	(491)
	-	-	(130.017)	(134.398)
Subtotal	13.392	13.495	1.291.350	1.283.973

Encargos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição			
Encargos da Rede Básica	229.907	232.512	
Encargos de Transporte de Itaipu	22.646	21.735	
Encargos de Conexão	17.637	15.360	
Encargos de Uso do Sistema de Distribuição	7.726	6.573	
Encargos de Serviço do Sistema - ESS	44.548	20.722	
Encargos de Energia de Reserva	8.250	825	
	330.714	297.727	
Ativos e Passivos Regulatórios (nota 3)	21	(151)	
Crédito de PIS e COFINS	(30.935)	(30.933)	
Subtotal	299.800	266.643	
Total	1.591.150	1.550.616	

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes.

30. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora				Despesa Operacional				Consolidado							
	Gerais		Outros		Custo da Operação		Serviço Prestado a Terceiros		Vendas		Despesa Operacional		Total			
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009		
Pessoal	729	580	-	-	89.865	85.574	71	164	20.458	17.859	42.122	39.508	-	-		
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	(20.618)	(779)	-	-	-	-	-	-	-	-		
Material	-	12	-	-	15.897	15.133	605	319	1.125	1.099	2.986	2.080	-	-		
Serviços de Terceiros	1.140	1.796	-	-	50.892	41.393	603	446	21.602	18.768	47.547	41.384	-	-		
Depreciação e Amortização	19	27	-	-	121.604	116.357	-	-	2.355	2.823	6.199	6.094	39	-		
Custos com Construção da Infra-estrutura	-	-	-	-	-	-	266.699	157.700	-	-	-	-	-	-		
Outros	582	518	(9.418)	(133.968)	15.288	13.784	587	459	31.274	25.294	16.951	17.796	35.383	(87.649)		
Taxa de Arrecadação	94	-	-	-	-	-	-	-	14.294	12.967	94	-	-	-		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	-	-	-	-	-	13.211	9.372	-	-	-	-		
Arrendamento e Aluguéis	-	55	-	-	3.850	4.005	-	-	428	17	2.496	1.317	3	-		
Publicidade e Propaganda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.073	2.048	-	-		
Legais, Judiciais e Indenizações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.073	2.048	-	-		
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.391	6.487	-	-		
Taxa de Fiscalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.486	1.819	7	-		
Perda (Ganho) na Alienação, Desativação e Outros de Ativos não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.333	6.080		
Ajuste de Energia Livre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.888)	(539)		
Amortização de Intangível de Concessão Adquirido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	712	4.968		
Ganho na Permuta de Participação Acionária	-	-	(9.431)	(133.992)	-	-	-	-	-	-	-	-	40.439	35.870		
Ganho de Participação Acionária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.992)		
Outros	488	463	13	24	11.438	9.779	587	459	3.341	2.938	6.411	6.125	(9.431)	(9.431)		
Total	2.470	2.933	(9.418)	(133.968)	272.928	271.462	268.565	159.088	76.814	65.843	115.805	106.862	35.422	(87.649)	769.534	515.606

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Receitas				
Rendas de Aplicações Financeiras	89	2.978	40.079	27.500
Acréscimos e Multas Moratórias	-	-	34.821	32.388
Atualização de Créditos Fiscais	-	295	1.996	1.313
Atualização de Depósitos Judiciais	-	2.365	11.343	14.129
Atualizações Monetárias e Cambiais	49.577	54.406	60.456	60.526
Remuneração CVA e Parcela "A" (nota 3)	-	-	265	265
Deságio na Aquisição de Crédito de ICMS	-	-	1.996	2.009
Remuneração da RTE	-	-	49	38
Juros sobre Contratos de Mútuo	-	-	1.506	630
PIS e COFINS sobre Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(4.664)	(4.733)
Garantias	-	-	11.565	1.546
Outros	1	-	14.043	15.096
Total	49.667	60.044	173.185	150.707
Despesas				
Encargos de Dívidas	(84.658)	(104.664)	(274.087)	(265.404)
Atualizações Monetárias e Cambiais	(12.908)	(2.193)	(36.024)	(11.704)
(-) Juros Capitalizados	-	-	33.971	21.320
Uso do Bem Público	-	-	(8.069)	(2.216)
Garantias	(25)	(10.555)	(9.668)	(2.383)
Outros	(97.591)	(117.412)	(311.605)	(288.148)
Total	(47.924)	(57.368)	(138.420)	(137.441)

A segregação dos segmentos operacionais da controlada CPFL Energia é efetuada através da segmentação por tipo de negócio (atividades de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica), baseado na estrutura interna das informações financeiras e da Administração da controlada CPFL Energia. Os resultados, ativos e passivos por segmento incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento e também aqueles que possam ser alocados em bases de alocação razoáveis, quando aplicável. Os preços praticados entre os segmentos são determinados com base em transações similares de mercado. A nota explicativa 1 já apresenta as subsidiárias de acordo com a sua respectiva área de atuação e contém maiores informações sobre cada controlada e seu respectivo ramo de negócio. Estas apresentadas, a seguir, as informações segregadas por ramo de atividade de acordo com os critérios estabelecidos pela administração da controlada CPFL Energia.

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

33.1 Transações entre partes relacionadas envolvendo a Companhia, a controlada CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas:

Empresas	Ativo			Passivo	Receita			Despesa	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		2010	2009	2010		2009
Empresas									
Saldo Bancário e Aplicação Financeira									
Banco do Brasil S.A.	36.126	46.058	18.793	-	-	3.360	1.801	126	1
Banco Nossa Caixa S.A.	-	50	-	-	-	-	-	-	3
Banco Votorantim S.A.	-	-	15.983	-	-	-	-	-	-
Banco Itaú S.A.	-	-	7.281	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários									
Camargo Corrêa S.A.	8	693.213	646.067	-	-	47.146	47.774	-	-
Empréstimos e Financiamentos, Debêntures e Derivativos									
Banco do Brasil S.A.	-	2.652	74.228	360.203	208.489	288.728	923	28.281	20.196
Banco Itaú S.A.	-	-	820	-	-	28.201	-	-	-
Outras contas a pagar									
Camargo Corrêa S.A.	-	-	-	-	297.590	-	-	12.908	584
Outras operações financeiras									
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	1.025	1.748	2.408	373	466	824
Banco Nossa Caixa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	376
Votorantim Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Votorantim Asset Management	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB DTVM	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Venda de Energia - Mercado Livre									
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	168	-	-	-	-	1.977	-	-	-
Tavex Brasil S.A.	-	-	-	-	-	5.106	4.752	-	-
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Citrovita Agroindustrial Ltda.	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Ripasa S.A. Celulose e Papel	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	-	-	8	-	-	-	-	-	-
NC Energia S.A.	-	-	572	-	-	-	-	-	-
Suprimento de Energia - Mercado Livre									
NC Energia S.A.	11	573	-	-	-	4.790	6.395	-	294
Vale S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	2.304
Vale Energia S.A.	-	-	-	345	-	-	-	5.182	6.818
Companhia de Eletricidade de Salvador	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia. Energética de Pernambuco - Celpe	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	87	-	-	-	-	724	-	-	-
Celelesc - Centrais Elétricas Sta. Catarina	-	-	-	-	-	-	-	205	-
Materiais e Prestação de Serviço									
Brasil Telecom S.A.	-	-	-	5	-	16	-	-	213
Camargo Corrêa Cimentos S.A.	-	-	-	-	1	1	-	-	5
Camargo Corrêa Geração de Energia S.A.	-	1	-	-	-	-	11	-	-
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	22	-	-	-	-	222	-	1	-
Brasil Telecom S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Banco do Brasil S.A.	-	-	-	-	-	-	-	56	-
Petroflex Ind. e Com. S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas									
Brasil Telecom S.A.	683	228	-	-	-	2.730	2.509	-	-
Compras de Imobilizado									
Celelesc - Centrais Elétricas Sta. Catarina	618	120	-	33	-	-	-	-	-
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	14.307	9.360	3.116	500	474	156	-	-	-
Interávia Transporte Ltda.	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Cimento Rio Branco S.A.	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Siderúrgica Barra Mansa S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Votorantim Cimentos Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Camargo e Corrêa Equipamentos e Sistemas S.A.	-	-	-	-	-	96	-	-	-
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	-	-	-	97	-	-	-
Weg Equipamentos Elétricos	-	-	-	-	-	387	-	-	-

33.2 Transações entre partes relacionadas envolvendo a Companhia, a controlada CPFL Energia e suas controladas diretas e indiretas:

Empresas	Ativo			Passivo	Receita			Despesa	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009		2010	2009	2010		2009
Empresas									
Alocação de despesas entre empresas									
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	38	39	-	408	369
Companhia Piratininga de Força e Luz	-	-	-	-					

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) CVA

Refere-se ao mecanismo de compensação das variações ocorridas nos custos não gerenciáveis incorridos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

d) Sobrecontratação

As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras e déficits de energia elétrica, limitados em 3% do requisito de carga.

e) Subvenção - Baixa Renda

Refere-se a subsídios concedidos aos consumidores com direito ao benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (Baixa Renda) por estarem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, independentemente do seu consumo de energia.

f) Neutralidade dos Encargos Setoriais

Refere-se a neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores contemplados na tarifa.

g) Reajuste Tarifário e Revisão Tarifária

A controlada CPFL Energia teve em seu reajuste tarifário, componentes financeiros concedidos de modo a ajustar revisão tarifária ou reajustes tarifários anteriores.

h) Outros Componentes Financeiros

Refere-se principalmente à exposição CCEAR, garantias financeiras, subsídios às cooperativas e permissionárias e ajuste financeiro TUSD G.

39. EVENTO SUBSEQUENTE

A ANEEL, através de Resoluções Homologatórias de 01 de fevereiro de 2011, fixou os reajustes das tarifas das controladas indiretas CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguarí, CPFL Mococa, CPFL Leste Paulista e CPFL Sul Paulista. Os detalhes dos reajustes estão apresentados a seguir.

	<u>CPFL Santa Cruz</u>	<u>CPFL Jaguarí</u>	<u>CPFL Mococa</u>	<u>CPFL Leste Paulista</u>	<u>CPFL Sul Paulista</u>
Reajuste Médio	23,61%	5,47%	9,50%	7,76%	8,02%
Reajuste Econômico	8,01%	5,22%	6,84%	6,42%	6,57%
Componentes Financeiros	15,61%	0,25%	2,66%	1,34%	1,45%
Percepção do Consumidor	15,38%	6,62%	9,77%	16,44%	7,11%
Resolução Homologatória ANEEL	1.108/11	1.106/11	1.109/11	1.107/11	1.111/11

Elaine Corrêa Aguirre
Contadora CRC 1SP150059/O-2

A Diretoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
VBC Energia S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VBC Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VBC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da VBC Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da VBC Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Campinas, 25 de março de 2011



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Jarib Brisola Duarte Fogaça
Contador CRC 1SP125991/O-0